

**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO**

**DIAGNÓSTICO**

**(VERSÃO PRELIMINAR PARA DISCUSSÃO)**

**COORDENAÇÃO DO SEPLAN**

**SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO**

**MAIO/JUNHO 1995**

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN

BIBLIOTECA

# SUMÁRIO



## 1. ASPECTOS FÍSICOS

- 1.1 Localização Geográfica
- 1.2 Clima
- 1.3 Relevo
- 1.4 Vegetação
- 1.5 Hidrografia
- 1.6 Solos e Aptidão Agrícola
- 1.7 Recursos Minerais
- 2.8 Estrutura Fundiária

## 2. ASPECTOS ECONÔMICOS

- 2.1 Agricultura
- 2.2 Pecuária
- 2.3 Extrativismo
- 2.4 Indústria, Comércio e Turismo
- 2.5 Infra-Estrutura Econômica
  - 2.5.1 Transporte
  - 2.5.2 Energia
  - 2.5.3 Telecomunicação
  - 2.5.4 Armazenamento

## 3. ASPECTOS SOCIAIS

- 3.1 Demografia
- 3.2 Saúde
- 3.3 Saneamento Básico
- 3.4 Habitação
- 3.5 Educação, Cultura e Desportos
- 3.6 Justiça
- 3.7 Segurança Pública
- 3.8 Trabalho

## 4. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

- 4.1 Histórico
- 4.2 Estrutura Organizacional
- 4.3 Programas de Incentivo
- 4.4 Ciência e Tecnologia
- 4.5 Finanças Públicas

# 1. ASPECTOS FÍSICOS

## 1.1 - Localização Geográfica

O Estado do Tocantins situa-se geograficamente entre os paralelos 5° e 13° de latitude Sul e os meridianos 46° e 51° de longitude Oeste. A distância entre os pontos extremos Norte-Sul é de aproximadamente 925 km e entre os pontos extremos Leste-Oeste, 567 km.

O Estado integra a região político-administrativa Norte e ocupa uma superfície territorial de 277.322 km<sup>2</sup>, cerca de 3,26% da área total do país. Limita-se ao norte, com o Estado do Maranhão, a leste, com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao Sul, com o Estado de Goiás; e a oeste, com os Estados de Mato Grosso e Pará.

A capital, Palmas, cuja construção avança rapidamente, está localizada no centro geográfico do Estado, e dista em linha reta, de Brasília, 623 km; de Goiânia, 727 km; de Teresina, 829 km; de Belém, 964 km; de Cuiabá, 1029 km; de Belo Horizonte, 1.167 km; de São Paulo, 1.492 km; e de Rio de Janeiro, 1.511 km.

\*\*\*\*\*

mapa do Brasil

\*\*\*\*\*

## 1.2. Clima

Diversos fatores, físico-geográficos (localização continental, extensão latitudinal e relevo) e dinâmicos (circulação atmosférica, decorrente do posicionamento dos centros de alta e de baixa pressão) explicam o comportamento do clima no Estado do Tocantins.

### 1.2.1. Ventos

De duas fontes sopram durante todo o ano, ventos responsáveis por tempo bom ou estável:

1º - ventos de NE a E do anticiclone tropical semifixo do Atlântico Sul;

2º - ventos de direção variável (geralmente do Norte)

Os primeiros, pela sua bem caracterizada subsidência e inversão de temperatura superior, são garantias de bom tempo e são muito comuns no Inverno, enquanto que os segundos são mais frequentes no Verão.

No Tocantins as situações de estabilidade, com tempo ensolarado, muito quente no Verão, e ameno no Inverno, não estão muito sujeitas a bruscas mudanças acarretadas pela invasão de distintos sistemas de circulação atmosférica ou correntes perturbadas de diversas direções.

### 1.2.2. Temperatura

A distribuição espacial da temperatura média do ano reflete a influência dos diversos fatores climáticos. O grande afastamento em relação ao Oceano Atlântico reduz em muito as influências marítimas na Região, e permite que a amplitude extensa latitudinal defina as linhas de variação espacial da temperatura.

O posicionamento físico-geográfico, predominantemente tropical, e ausência de invasões de ar frio de origem polar durante o semestre Primavera-Verão acarreta temperaturas elevadas quase que diariamente nessa época, sobretudo na Primavera, ocasião em que o sol passa pelos paralelos da Região, dirigindo-se para o Sul e a estação chuvosa ainda não se inicia. Durante a Primavera é comum o forte calor em todo o Estado, sendo bem freqüente máximas diárias próximas de 40° C.

### 1.2.3. Chuvas

O caráter do regime de chuvas no Estado se deve quase que exclusivamente aos sistemas regionais de circulação atmosférica. A influência do relevo regional sobre o regime e até mesmo sobre a distribuição espacial da precipitação, é de tão pouca importância que não chega a interferir nas tendências gerais determinadas pelos fatores dinâmicos.

Em razão disso, a altura da precipitação anual apresenta uma distribuição geográfica muito simples: o oeste do Estado, desde Ananás até o Extremo Sudoeste tem precipitação média anual de 1.750 mm; o Extremo Norte e a região Leste tem precipitação média anual de 1.500 mm; uma estreita faixa ao longo da divisa com o Maranhão tem precipitação média anual de 1.250 mm. Tal forma de distribuição se deve, principalmente, ao sistema de circulação perturbado de O, cuja participação regional, como foi assinalado, decresce de N para o S do O para E.

As precipitações, entretanto, não são distribuídas de forma equitativa ao longo do ano. Seu regime sazonal é tipicamente tropical, com acentuada máxima no Verão e mínima no Inverno. mais de 70 % do total de chuvas acumuladas durante o ano se precipitam normalmente de novembro a março, sendo mais chuvoso o trimestre janeiro-fevereiro-março.

Este regime muito concentrado decorre da frequência quase diária do principal fenômeno causador de chuva no Estado, (linhas de instabilidade tropical) e sua ausência quase absoluta no Inverno.

O Inverno, ao contrário, é seco. Nesta época do ano (junho-julho-agosto) as chuvas são muito raras, havendo em média, normalmente, 4 a 5 dias de ocorrência deste fenômeno por mês e é comum, a ausência completa de chuva durante pelo menos 30 dias. Além das ocorrências de chuvas no Inverno serem muito reduzidas, são pouco copiosas. Razão pela qual, são baixos os totais mensais de precipitação nessa época. Para a maior parte do estado não chega a chover mais de 50 mm por mês no trimestre junho-julho-agosto.

Observa-se ainda que, nas áreas de cerrado, se por um lado as águas das chuvas se perdem rápida e parcialmente pela intensa infiltração em solos arenosos (sobretudo nos latossolos), por outro lado, a grande capacidade dos mesmos solos em armazená-las, permite uma notável recompensa, ao devolver à superfície, parte dessa água, justamente nos meses de maior carência de chuvas.

### 1.3. Relevo

O Estado do Tocantins exhibe uma variada gama de feições morfológicas, resultantes da evolução dos fatores morfoclimáticos, e em alguns casos de adaptações às diversidades litológicas e/ou a condicionamentos estruturais a que se submetem.

A interação desses fatores resultou na presença de diversas superfícies, distribuídas em níveis altimétricos diferenciados, constituindo quatro grandes compartimentos ou unidades geo-morfológicas:

- a) Chapada da Bacia do Meio-Norte, localizada na fronteira de Goiás/Bahia/Maranhão, caracterizada por um relevo de Chapadas e Cuestas com altitudes variáveis de 300m a 600m. Os traços mais representativos são as Serras da Cangalha, Itacajá e a Chapada da Mangabeira;
- b) Chapada da Bacia de São Francisco, se apresenta como divisor das águas entre as bacias do São Francisco e Tocantins, com extensa faixa Tabular, com altitude média de 900 m, tendo como sua característica fisionômica a Serra Geral de Goiás, que se situa a leste do Estado;
- c) Planalto do Tocantins, se inicia no Alto do Tocantins, com cotas médias de 700 m, que correspondem aos níveis interfluviais. Caracteriza-se como degrau intermediário entre os Planaltos Cristalinos e Peneplanície do Araguaia, com altitudes médias entre 1000 m a 3000 m. O Planalto é constituído por uma estrutura bastante complexa, representada pelas rochas do período Pré-Cambriano indiferenciado, grupo Araxá e pelos quartzitos do grupo Tocantins, sendo responsáveis por um relevo densamente cortado pela drenagem e fracamente colinoso; e
- d) Peneplanície do Araguaia, estende-se ao longo dos vales dos rios Araguaia e Rio das Mortes, sendo representado por um peneplano entalhado em colinas suaves. Sua altitude varia entre 300 m a 400 m.

No contexto geológico, a região do Estado é caracterizada por variada gama de rochas ígneas e metamórficas pertencentes ao complexo Cristalino, recobertas por unidades sedimentares de diversas idades. As áreas cratônicas são constituídas de fácies metamorizadas de anfibólitos, granulitos, rochas ultrabásicas, básicas, granitos e pegmatitos.

#### 1.4. Vegetação

O Estado do Tocantins divide-se em três regiões distintas, resultantes da interação entre altitudes, latitudes, relevo, solo hidrologia e clima.

A região Norte, de influência amazônica, caracteriza pela predominância das florestas pluviais. A região do médio Araguaia é constituída principalmente pelo complexo do Bananal, uma área de transição, onde se encontram formações de cerrados muitas vezes associadas a matas de Galeria como também áreas de florestas Estacional Semidecidual. A região Centro-Sul e o leste do Estado estão sob o domínio do cerrado, aparecendo também algumas manchas da floresta Estacional Decidual na fronteira com a Bahia e Goiás.

O Cerrado é a cobertura vegetal predominante, cobrindo uma área superior a 60% do Estado. Reveste principalmente todo o relevo dissecado e conservado do planalto do Tocantins, parte do Chapadão da bacia do Meio-Norte e da planície do Araguaia. No planalto, o cerrado está sendo gradativamente substituído por áreas agropastoril.

Devido as suas variabilidades fisionômicas, o Cerrado está dividido em Campo Cerrado, Cerradão e Campos, descritos a seguir:

- **Arbórea Aberta ou Cerrado:** sua formação sub-climosa do grupo das savanas Arbóreas Abertas, com pequenas árvores esparsas entre 2 e 5 m de altura, espalhadas e bastante tortuosas, dispersas sobre um tapete contínuo de lamicriptófitas, intercaladas de plantas arbustivas baixas e outras lenhosas rasteiras, geralmente providas de xilopódios, reveste uma área superior a 40% do Estado.
- **Savana Arbórea Densa (Cerradão)** é uma formação campestre e florestada com árvores baixas exclusivas das áreas areníticas lixiviadas do clima tropical eminentemente estacional, e sua principal característica estrutural é Arbóreas Xeramófica, de esgalhamento profuso, providas de grandes folhas coriáceas e perenes e casca corticosa, entremeado de plantas lenhosas raquíticas providas de xilopódios e palmeiras anãs.
- **Campos Limpos ou Rupestres:** sua formação campestre é de cerrados ralos, as árvores são baixas e muito afastadas, numa formação aberta com predomínio das gramíneas. Sua característica fundamental é a cobertura herbácea, disprovida de arbustos e raramente com subarbustos. Ocorrem, as vezes, alguns tufos dispersos e dentre as espécies herbáceas, o capim barba-de-bode.

No Sudeste do Estado, na fronteira com a Bahia, há uma área oculta com a floresta Estacional Decídua, formação vegetal parcialmente aberta, onde 30% das espécies arbóreas perdem as folhas no período seco. As espécies possuem porte em torno de 15 m e as dominantes são Angico, Araribá, Canafístula, Cerejeira, Gonçalo Alves, Jacarandá, Jequitibá Rosa.

A região do Médio Araguaia trata-se de área cujo ambiente está sob a dependência da inundação, sendo que o relevo atua como elemento fundamental na fixação da vegetação. Os campos (Savana-Parque) dominam praticamente toda a área de inundação. O Campo-Cerrado e o Cerradão parecem nas partes mais elevadas e menos influenciadas pelas águas. As florestas em geral são formações isoladas, havendo, no entanto, uma ocorrência de florestas de Galeria ao longo dos rios, circunscritas aos vales fluviais e, também, em grande parte dos divórcios. Essas florestas são decorrência da umidade permanente e do acúmulo de nutrientes. Possuem características sub-caducifólia, cerca de 3% das árvores perdem as folhas na estação seca. As árvores mais altas não ultrapassam 20 m e, quanto mais próximas dos rios, se apresentam mais fechadas. As espécies arbóreas mais frequentes são o Jatobá e o Angico. Há, também, grande variedade de palmáceas,

Buriti, Bacuri e Babaçu nas partes mais secas. Note-se, ainda, que com a diminuição da umidade, as florestas de Galeria cedem lugar a outras formações vegetais menos exigentes em água e quase sempre uma faixa de Cerradão se interpõe entre a floresta e o Cerrado.

Há, também, inserida na Ilha do Bananal, a **Floresta Estacional Semidecidual Aluvial** que se caracteriza pela perda de 20 a 50% das folhas da maioria das suas árvores no período seco, cuja duração é de 3 a 4 meses. Ocorrem em áreas de acumulação de inundações, onde há o clima demarcado por estação de seca acentuada e altas temperaturas, recobrimdo preferencialmente os solos Gley Húmico e Gley Pouco Húmico. Nesta formação existem poucas espécies que em geral não ultrapassam 20 m, destacando-se o Louro Amarelo, Jacareúba, Tamaquaré, Tanimbuca, entre outras.

A região norte, que está sob o domínio da vegetação amazônica, caracteriza-se pela presença das Florestas Pluviais. Estas Florestas possuem porte, densidade e composição florística variáveis. É considerada um clímax climático, determinado por altas temperaturas, pouca variação sazonal e elevadas precipitação e umidade relativa. Com exceção dos solos de várzeas do Araguaia e Tocantins, assim como os latossolos Vermelho-Escuro e Podzólicos que têm por material originário derrames basálticos e rochas calcáreas, a grande maioria dos solos que suportam estas florestas possuem baixa fertilidade natural, predominando as Quartzosas e os Latossolos Vermelho-Amarelo.

As florestas Pluviais encontradas no Estado do Tocantins são as seguintes:

- a) Floresta Pluvial Subperenifolia Aberta Mista - é uma floresta rala de baixa densidade, cujas espécies possuem um porte superior a 25 m, havendo uma grande presença de Babaçus. Outras espécies dominadas são Bacaba, Breu, Sumuruba, Jacarandá, Inajá e Jutai-Pororoca;
- b) Floresta Pluvial Aberta Maranhense - bastante similar à Floresta Aberta Mista, possui decidualidade marcante e as espécies características são: Axixá, Babaçu, Bacuri, Caneleira e Copaiba; e
- c) Floresta Pluvial Subperenifolia Densa - floresta, densa e alta, com emergentes de até 50 m e codominantes por volta dos 30 m. As espécies características são: Marupá, Mogno e Drima.

## 1.5. Hidrografia

A hidrografia no Tocantins revela um comportamento que reflete as influências de um conjunto de condicionantes (o relevo, a natureza das rochas e dos solos e a vegetação) que figuram entre os fatores de superfície em conjunto com os fatores externos (o clima e a intervenção humana).

A configuração do Estado do Tocantins é alongada no sentido latitudinal, seguindo as diretrizes dos dois importantes eixos fluviais, o rio Tocantins e o rio Araguaia, que se desenvolvem no rumo Sul-Norte e se unem no extremo norte do Estado, e seu divisor de águas é a Serra Dourada.

O rio Tocantins forma-se a partir dos rios das Almas e Maranhão, cujas cabeceiras localizam-se no Planalto de Goiás, a mais de 1.000 m de altitude, na região mais central do Brasil. Seus principais tributários, até sua confluência com o Araguaia, são de montante a jusante, os rios: Bagagem e Tocantinzinho no Estado de Goiás, Paranã, Manoel Alves, do Sono, Manoel Alves Grande e Farinha, pela margem direita e Santa Tereza pela margem esquerda do rio Tocantins.

O rio Araguaia tem suas nascentes nos rebordos da Serra dos Caiapós, encaminhando-se para norte, quase que paralelamente ao rio Tocantins, com o qual conflui depois de formar a extensa Ilha do Bananal, com 80 km de largura e 350 km de comprimento, alagadiça em sua maior parte. A confluência dos dois grandes rios encontra-se a uma altitude de 70 a 80 m. Seu principal afluente é o rio Maranhão ou das Mortes.

O Estado é composto de duas sub-bacias, denominadas pelo PRODIAT - Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins, a sub-bacia do Araguaia e sub-bacia do Tocantins. A primeira tem um terço da sua área no Estado, e da segunda, dois terços da área, aproximadamente, estão no Estado.

Os dois rios principais que resultam dessas duas sub-bacias são dos mais caudalosos do país, em virtude da grande quantidade de afluentes e o tamanho das suas bacias. Essa característica coloca o Estado entre os mais ricos em água, do país.

O regime hidrológico da bacia Araguaia-Tocantins é bem definido. Apresenta um período de estiagem que culmina em setembro/outubro e um período de águas altas, quando as maiores cheias se verificam entre fevereiro e abril.

A vazão média do rio Araguaia é de aproximadamente 4.250 m<sup>3</sup>/seg e a do rio Tocantins, antes de sua confluência com o rio Araguaia, é de 4.400 m<sup>3</sup>/seg. Essas médias mostram o seu importante potencial hídrico, e a grande dimensão e riqueza das bacias induz a estudos aprofundados de sua hidrologia e hidrografia, ainda hoje, insuficientes.

## 1.6. Solos

No Estado do Tocantins, predominam os latossolos Vermelho-Amarelo, ocupando aproximadamente 82,960 Km<sup>2</sup>, ou seja 28% da área estadual. São solos minerais, não hidromórficos, caracterizados por apresentarem horizonte B Latossólicos, com textura média a argilosa. Normalmente encontram-se associados a outros tipos de solos, como Latossolos Vermelho-Escuro, Areias Quartzosas, Podzólicos Vermelho-Amarelo, solos Litólicos e outros. Ocupam áreas de relevo planos a suave ondulado, possuem baixos níveis de nutrientes e, em geral, são ácidos e álicos. Encontram-se sob vários tipos de vegetação, predominando o Cerrado. Com uma área de 49.000 Km<sup>2</sup>, os solos Litólicos representam 17% da área total, sendo solos pouco profundos, com textura variando desde arenosa a muito argilosa. Situam-se em locais com relevo movimentado, de forte ondulado a montanhoso, podendo a vegetação variar de Cerrado a Floresta e geralmente estão associadas a várias tipos de solo.

As Areias Quartzosas representam 13% da área do Estado, possuindo aproximadamente 39.000 Km<sup>2</sup>. São solos minerais, não hidromórficos, de textura arenosa, profundos, pouco desenvolvidos, excessivamente drenados. Apresentam-se desprovidos de nutrientes e com acidez elevada. Ocupam áreas com relevo plano a suave ondulado, com vegetação variável sendo mais comumente encontrado o Cerrado.

Os solos Podzólicos Vermelho-Amarelo cobrem cerca de 26.000 km<sup>2</sup>. São solos minerais não hidromórficos, com textura média a argilosa. Frequentemente encontram-se combinados a solos Litólicos e Concrecionários entre outros. Situam-se em região com relevo suave ondulado a ondulado, muitas vezes em áreas ressecadas sob vegetação de Floresta.

Os solos Concrecionários possuem textura média e argilosa, ocupando áreas de relevo plano a suave ondulado. Cobrem aproximadamente 23.400 Km<sup>2</sup> podendo estar associados a Areias Quartzosas, Lateritas Hidromórficas e outros solos. Possuem como característica fundamental a ocorrência de grande quantidade de concreções ferruginosas do tamanho de cascalho, ocupando a camada arável ou de todo o perfil. Encontram-se sob variáveis tipos de vegetação, desde o cerrado a floresta.

Os solos Gley Húmico e Gley Pouco Húmico são muito semelhantes, diferindo apenas no horizonte A, que é mais espesso, mais escuro e com maior teor de matéria orgânica no Gley Húmico. São solos pouco desenvolvidos, característicos de locais planos e abaciados, sujeitos a alagamentos constantes ou periódicos. Possuem textura variável e têm maior ocorrência ao longo dos rios, destacando-se na planície aluvial do Araguaia e Ilha do Bananal. Encontram-se juntamente com as Lateritas Hidromórficas, que são solos minerais. Pobres em Húmus, bastantes intemperizados, são originados da cobertura sedimentar do Bananal, estando sob vegetação de Savana e Floresta e relevo plano, ocupando aproximadamente 17.000 Km<sup>2</sup>.

As terras Rochas Estruturadas são solos medianamente profundos, minerais, muito desenvolvidos, bem drenados e estruturados e com altos teores de óxidos de ferro, responsáveis por sua coloração avermelhada. Ocorrem em relevo ondulado, sob cobertura vegetal de floresta. Possuem pouca expressividade, na área, e associam a Latossolos Vermelho-Amarelo e Solos Concrecionários em cerca de 6.500 Km<sup>2</sup>.

Os Latossolos Vermelho-Escuro, com uma área de 7.000 Km<sup>2</sup>, são solos minerais, acentuadamente drenados, permeáveis e porosos e apresentam um horizonte B Latossólico. Ocorrem juntamente a Latossolos Vermelho-Amarelo e Areias Quartzosas, sob Florestas, em áreas de relevo plano a suave ondulado.

Os Cambissolos ocorrem principalmente como subdominantes de Podzolólico Vermelho-Amarelo, Latossolos Vermelho-Amarelo, Laterita Hidromórfica e solos Concrecionários, sob vegetação constituída de floresta e Savana, em relevo plano a forte ondulado. São solos medianamente profundos, não Hidromórficos e fortemente ácidos. Representam menos que 2% da área, com 5.600 Km<sup>2</sup> aproximadamente.

Com uma área de 3.600 Km<sup>2</sup>, os Solos Aluviais ocupam locais planos e baixos, próximos a rios e córregos que são pela deposição de diversos sedimentos. São solos pouco desenvolvidos, não hidromórficos, ocorrendo com solo Gley Húmico e pouco Húmico, uma vegetação de floresta Aberta Aluvial.

Os Latossolos Roxos e Brunizem relacionam-se com a ocorrência de rochas básicas e calcáreas. São solos minerais profundos, bem drenados e argilosos. Os Latossolos roxos apresentam-se bastante intemperizados. Ocorrem em pequenas áreas de relevo plano a suave ondulado. Com cobertura de Savana. Os Brunizem encontram-se em áreas também pouco expressivas, com relevo ondulado e forte ondulado, sob vegetação de floresta.

Os solos Solonetz, Rendizna e Latossolo Amarelo cobrem menos de 0,5% da área estadual. Os Solonetz são solos minerais profundos, pouco porosos, com alta saturação de sódio, apresentando-se extremamente duros quando secos e com facilidade de alagamento nas épocas chuvosas. Estão em áreas de relevo plano, sob Campo-Cerrado.

### **1.6.1. Aptidão Agrícola**

Os solos dos grupos 1 e 2, considerados como sendo de melhor alternativa para o uso agrícola intensivo, representam 35,4% do Estado do Tocantins.

O grupo 1 refere-se a Latossolos Roxos e terras Roxas Estruturadas que, apesar da pouca expressividade no Estado, são encontrados em áreas relativamente extensas nos municípios de Arraias, Ponte Alta do Bom Jesus, Taguatinga, Ponte Alta do Norte, e algumas manchas em Tocantinópolis e Aurora do Norte. Correspondem a relevo plano a suave ondulado, associados a Florestas, alcançando cerca de 6.932 Km<sup>2</sup>.

Os solos do grupo 2 ocupam aproximadamente 94.925 Km<sup>2</sup>. Predominam os Latossolos Vermelho-Amarelo (74,69%), os Latossolos Vermelho-Amarelo-Escuro e os Solos Aluviais, que de uma forma geral apresentam como limitação para uso agrícola os baixos índices de fertilidade. Estes solos encontram-se distribuídos em quase todos os municípios, notadamente nas regiões central, centro-sul e sudoeste do Tocantins. As áreas de menor amplitude localizam-se no extremo norte do Estado.

O grupo 3, restrito para uso agrícola, requerendo aplicações intensivas de insumos e práticas de manejo e conservação de solo de alto nível tecnológico, representam 17,6% da área ou seja 51.128 Km<sup>2</sup>, e inclui diversas classes de solos, destacando-se os podzóico Vermelho-Amarelo, os Solos Concrecionários e os Brunizem Avermelhados. Ocorrem em áreas extensas, nos municípios de Goiatins, Itacajá, Pedro Afonso, Rio Sono, Araguacema, Arapoema, Colméia, Couto Magalhães, Itaporã de Goiás, Araguaína e Nazaré principalmente.

O grupo 4, com 45.395 Km<sup>2</sup>, compreende terras inaptas ou não recomendadas para a agricultura, sendo favoráveis para a implantação de pastagens cultivadas. Predominam os solos Gley Húmico (48,3%), os Lateritas Hidromórficas (38,4%) os Cambissolos e os Gley Pouco Húmico. Estes solos localizam-se principalmente na planície aluvial do Rio Araguaia, incluído o complexo do Bananal, onde os municípios de Formoso do Araguaia, Cristalândia e Pium possuem solos do grupo 4 superiores a 50% da área municipal.

O grupo 5 abrange 39.473 Km<sup>2</sup>, ou seja, 13% da área do Estado onde dominam as Areias Quartzosas que são consideradas inaptas para uso agrícola. São recomendadas para a utilização de pastagens naturais e/ou silvicultura. Ocorrem em grandes extensões das regiões norte e leste, sobretudo nos municípios de Babaçulândia, Nova Olinda, Tocantinópolis e Novo Acordo, alcançando áreas superiores a 50% desses municípios.

O grupo 6 é constituído por solos não recomendados para qualquer atividade agrícola, pecuária ou florestal, sendo recomendado para preservação ambiental. Dominam os Solos Litólicos e Solonetz, com 49.091 Km<sup>2</sup>, cerca de 16% da área estadual. Encontram-se distribuídos em manchas em todo o Estado do Tocantins.

Os solos Rendizna são pouco profundos, alcalinos, apresentando fragmentos da rocha matriz. Ocorre com textura média argilosa em relevo plano e sob floresta.

Os latossolos Amarelo são bastantes intemperizados, profundos, bem drenados com pouca diferenciação entre os horizontes. Possuem baixos níveis de nutrientes e estão situados em áreas de relevo plano sob vegetação de Cerrado, associado ao Latossolo Vermelho-Amarelo.

## 1.7. Recursos Minerais

O Tocantins apresenta uma grande riqueza e diversidade, capazes de, com nível de conhecimento adequado, dar sustentabilidade a um parque minero-industrial significativo.

Também é importante observar que as ocorrências minerais distribuem-se ao longo de todo o território estadual, de norte a sul, de leste a oeste.

Os depósitos de calcário ocorrem em diversos pontos do Estado, o que significa a disponibilidade em abundância do elemento básico para o manejo do solo do cerrado, com vistas a seu aproveitamento agrícola. Existem ainda ocorrências de rochas fosfatadas de grande valor agrícola.

Em fase de intensificação da exploração, encontra-se a mina de ouro de Almas, com teores que permitem alta rentabilidade. De outra parte, neste momento, ampliam-se os trabalhos de prospecção e pesquisa na região de Almas, com resultados promissores. Operam ainda, no Estado, vários garimpos, principalmente na região dos municípios de Almas, Natividade, Dianópolis, Porto Nacional e Monte Carmo. Ao norte do Estado existem ocorrências de ouro, assim como no nordeste, nas bacias dos rios do Sono e Tocantins, onde também se verificam ocorrências de diamantes.

O cristal de rocha é encontrado em vasta extensão territorial, principalmente na Serra do Estrondo, divisor de águas entre os rios Tocantins e Araguaia. Tem-se achado grande diversidade de quartzo de alto teor de pureza, o que com estudos mais aprofundados, poderá se constituir em matéria-prima para a indústria de semicondutores.

Para a construção civil foram cubados grandes depósitos de calcário e gipsita no município de Filadélfia, possibilitando condições extremamente propícias para a fabricação de cimento "PORTLAND". A gipsita também ocorre no município de Babaçulândia.

A ocorrência de argilas, utilizáveis para a indústria cerâmica, desenvolveu-se em toda a extensão do território estadual, permitindo ainda o desenvolvimento da indústria de porcelana, pois existem também, ocorrências significativas de caulim. Foram também detectados ocorrências de outros materiais estratégicos, que poderão se constituir em elementos básicos para a nova engenharia de materiais, ora desenvolvida no bojo da revolução tecnológica, como por exemplo Urânio, Titânio, Manganês, Cianita.

Enfim, devem ser considerados os depósitos de zinco, cobre e chumbo em Palmeirópolis e de cassiterita no município de Peixe.

Águas minerais ocorrem em várias regiões do Estado, assim como águas termais, especialmente nos municípios de Paranã e Peixe.

\* jazidas de calcários em Xambioá e área de Natividade  
"green stone belt" em Almas, possibilidade de tornar-se a  
main producer de ouro do BR

Esta riqueza de recursos minerais pode ainda ser associada a produção de matéria-prima para produtos siderúrgicos do entorno da Serra dos Carajás, possibilitando o surgimento de um parque industrial direcionado para as ferro-ligas, num primeiro momento, e para uma indústria de implementos agrícolas, necessária ao desenvolvimento agrícola regional.

### 1.8. Estrutura Fundiária

O Estado do Tocantins apresenta extrema concentração na posse da terra. O processo de ocupação, através da pecuária extensiva nos seus campos nativos, constitui-se na principal causa da formação dos latifúndios. O quadro à seguir, retrata o perfil da distribuição da terra no Estado.

**PERFIL DA DIST. DA PROPRIEDADE RURAL - TOCANTINS**

| ESTRATO<br>(ha) | ESTABELECEMENTOS |        | ÁREA       |        |
|-----------------|------------------|--------|------------|--------|
|                 | Nº               | %      | Nº         | %      |
| 0 - 10          | 3.624            | 7,64   | 18.784     | 0,11   |
| 10 - 100        | 17.035           | 35,93  | 858.360    | 4,87   |
| 100 - 1.000     | 23.225           | 48,98  | 7.082.287  | 40,20  |
| 1.000 - 10.000  | 3.440            | 7,25   | 7.741.604  | 43,94  |
| Mais de 10.000  | 93               | 0,20   | 1.915.847  | 10,88  |
| TOTAL           | 47.417           | 100,00 | 17.616.882 | 100,00 |

FONTE: FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Centro-oeste/1985.

Conforme o quadro apresentado, observa-se que 7,45 % das propriedades situam-se no estrato acima de 1.000 ha e correspondem a 54,82 % da área cadastrada no Estado. No outro extremo, verifica-se que 43,57% dos estabelecimentos rurais situam-se entre 0 e 100 ha, formando uma área equivalente a 4,98 % do total cadastrado. A concentração da posse da terra se apresenta como uma das causas da pobreza da região.

*Nota: Os últimos dados censitários disponíveis sobre estrutura fundiária são os referentes a 1985.*

*Estudos realizados pela EMBRAPA sobre a estrutura fundiária no Tocantins, baseados nos Censos Agropecuários de 1970, 75, 80 e 1985 apontam uma forte tendência à concentração em grandes propriedades, em detrimento das pequenas e médias. É de se esperar-se que esta tendência tenha continuado após 1985, porém, é tecnicamente impossível quantificar sua magnitude.*

## 2. ASPECTOS ECONÔMICOS

O Estado do Tocantins apresenta uma estrutura produtiva onde o setor agropecuário desponta como a atividade predominante, seguida pelo comércio, que representa a principal fonte arrecadadora de ICMS, a indústria com pequenas fábricas e o extrativismo relacionado com a exploração vegetal, mineral e pesqueira.

Em se tratando da arrecadação estadual do ICMS a agropecuária em 1994, contribuiu com 16,68% da arrecadação do ICMS e tem forte influência na parcela de 36,76% oriunda do setor comercial. A pecuária participou com 15,59% da arrecadação total do ICMS e a agricultura, com 0,99%. Os setores de comunicação, combustíveis, transporte e eletricidade participaram com 38,89%, a indústria contribuiu com apenas 4,7% do total arrecadado e o setor de minérios com apenas 0,12%.

A pecuária é extensiva e a mais importante atividade do Estado, especialmente a pecuária de corte, que garante o pleno abastecimento do mercado interno, além de exportar os seus excedentes a outros centros consumidores nacionais. Quanto à pecuária leiteira, é desenvolvida por pequenos e médios produtores, com produção insuficiente para o abastecimento interno.

A agricultura é pouco diversificada, destacando-se três culturas de lavoura temporária - arroz, milho e mandioca - e, mais recentemente, a soja.

O setor industrial tem representado um baixo peso relativo em comparação com as outras atividades econômicas no Estado, sendo que o ramo que mais se destaca é o alimentar que, em 1993, significou 36,1% do total dos estabelecimentos industriais cadastradas.

### 2.1. Agricultura

A ocupação da antiga região norte do Estado de Goiás se acelerou a partir da abertura da BR 153 (Belém-Brasília) na década de sessenta, aumentando assim o grau de utilização de suas terras. Terras baratas e em grande quantidade estimulou o crescimento da pecuária extensiva, já tradicional na região. Na mesma época, os tradicionais plantio de milho, feijão, mandioca e arroz, desenvolvidos no cabo da enxada, ganharam novos parceiros: - o cultivo de arroz mecanizado, feito em larga escala, e mais recentemente o arroz irrigado e a soja. Estes cultivos irrigados atualmente se concentram nos Municípios de Formoso do Araguaia, Pium e Dueré.

A agricultura tocantinense é em grande parte tradicional e depende do fator clima. Em geral, o nível tecnológico é baixo, inclusive com o uso predatório das terras e na sub-utilização da área produtiva. Entretanto, a utilização das técnicas modernas vem se acentuando em algumas localidades do Estado com a utilização maciça de máquinas, equipamentos, insumos e tecnologia de irrigação.

*exuv. - de - açúcar  
Bico / SE  
2*

Verifica-se que, na safra agrícola 1993/94, os principais produtos cultivados foram feijão, arroz, milho, mandioca e soja. A rizicultura de sequeiro é a de maior expressão em áreas plantada/colhida/produção e grande absorvedora de mão-de-obra. Nessa safra, o arroz de sequeiro apresentou uma área colhida de 118.705 ha, uma produção de ~~118.705~~ <sup>115.877</sup> t e um rendimento médio de 976 kg/ha.

No caso do arroz irrigado, a área colhida foi de 47.390 ha e uma produção de 189.759 t, com rendimento médio de 4.004 kg/ha.

O milho de sequeiro, depois do arroz, foi a cultura que ocupou maior área, com 70.829 ha de área colhidos, produção de 80.877 t e um rendimento médio de 1.142 kg/ha.

A mandioca é de grande importância social por ser muito consumida na alimentação humana, além de ser também utilizada "in natura" na complementação da alimentação animal e na fabricação de farinha e polvilho. A produção da mandioca atingiu 138.854 toneladas e apresenta-se com perspectivas de expansão, haja vista a instalação de algumas indústrias no Estado.

O cultivo da soja atingiu, no período, 45.495 toneladas, com uma área colhida de 24.930 ha. No caso dessa cultura, deve-se dar destaque às áreas de cerrado das microrregiões de Gurupi, Porto Nacional e Jalapão, em franca expansão. Na Região do Projeto Rio Formoso, o crescimento do cultivo também vem ocorrendo, principalmente para suprir a demanda por sementes.

Apresentando pequena produção, o cultivo do feijão vem se mantendo estável nos últimos anos. Em 1992/93, foram cultivados 10.518 ha e colhidas 5.600 toneladas desse grão. Essa cultura, predominante em áreas de pequenos produtores, é plantada em quase todos os municípios do Estado.

A tabela a seguir mostra o Perfil da Safra Agrícola de 1993/1994.

**TOCANTINS: PERFIL DA SAFRA AGRÍCOLA**

| PRODUTO        | ÁREA COLHIDA (ha) | PRODUÇÃO (t) | REND. MÉDIO (kg/ha) |
|----------------|-------------------|--------------|---------------------|
| Arroz          |                   |              |                     |
| .Sequeiro      | 118.705           | 115.877      | 976                 |
| .Irrigado      | 47.390            | 189.759      | 4.004               |
| Soja           |                   |              |                     |
| .Sequeiro      | 8.840             | 14.612       | 1.653               |
| .Irrigado      | 6.980             | 12.592       | 1.804               |
| Milho          |                   |              |                     |
| .Sequeiro      | 70.829            | 80.877       | 1.142               |
| .Irrigado      | 350               | 1.750        | 5.000               |
| Feijão         |                   |              |                     |
| .1ª Safra      | 2.870             | 905          | 315                 |
| .2ª Safra      | 7.682             | 4.847        | 631                 |
| .3ª Safra      | 1.813             | 2.734        | 1.508               |
| Cana-de-açúcar | 4.607             | 175.130      | 38.013              |
| Mandioca       | 8.139             | 138.854      | 17.060              |
| Banana (*)     | 11.020            | 7.112        | 645                 |

FONTE: FIBGE, CCEA, LSPA - Dez/93

Verifica-se que nos últimos anos que a área agrícola no Estado estabilizou-se abaixo da casa dos 300.000 ha, sendo que a soja teve um aumento significativo de área plantada devido aos incentivos dado pelo Governo Estadual. A tendência é que ocorra o mesmo com relação às outras culturas, tendo em vista que o incentivo governamental de isenção de alíquotas foi estendido a todos produtos agrícolas produzidos no Tocantins. Verifica-se também o aumento da área plantada das culturas irrigadas, principalmente a da soja.

**TABELA: ÁREA COLHIDA DE GRÃOS NAS ÚLTIMAS SAFRAS**

| ANO  | ARROZ SEQUEIRO | ARROZ IRRIGADO | SOJA   | MILHO  | FEIJÃO | FEIJÃO IRRIGADO | SOJA IRRIGADA | TOTAL   |
|------|----------------|----------------|--------|--------|--------|-----------------|---------------|---------|
| 1991 | 133.290        | 47.539         | 4.500  | 67.250 | 1.540  | 145             | 100           | 254.364 |
| 1992 | 115.840        | 52.137         | 3.460  | 68.241 | 3.340  | 810             | 7.650         | 251.478 |
| 1993 | 146.745        | 41.570         | 8.840  | 70.829 | 8.705  | 1.813           | 6.980         | 285.482 |
| 1994 | 109.896        | 56.040         | 20.210 | 65.334 | 7.970  | 468             | 10.900        | 270.818 |

O Plano Estadual de Irrigação elaborado pela OEA/CODEVASF-PRONI, considera que o Tocantins possui 2,78 milhões de hectares de solos irrigáveis em condições econômicas e próximas de cursos d'água com bons caudais permanentes e distâncias verticais inferiores a 50m, no rio Araguaia e o restante na sub-bacia do Tocantins.

Tendo por limite superior as possibilidades de irrigação através das vazões mínimas dos respectivos cursos de água, a superfície irrigável reduz-se a cerca de um milhão de hectares, que pode ser aumentada pela construção de barragens. Entretanto, mesmo com esta redução, persiste um enorme potencial de irrigação. Atualmente 60.210 ha são cultivados com irrigação, o que representa 6% da superfície de um milhão de hectares.

## 2.2. Pecuária

A pecuária representa uma forte atividade econômica no Estado do Tocantins, principalmente devido ao gado bovino de corte. A produção garante o abastecimento de todo o Estado e exportação para outros centros consumidores. No cenário nacional a pecuária tocantinense destaca-se como o 9º rebanho brasileiro e o maior da região Norte.

O gado bovino é criado principalmente em regime extensivo e com baixos níveis tecnológicos. Este sistema de criação utiliza pouca mão-de-obra resultando em menores custos de produção. O incremento da pecuária deve-se a preços de terras mais baratas em relação ao Centro-Sul do país; ao emprego do capital proveniente daquela região e a créditos e incentivos obtidos em anos anteriores. Assim, o efetivo de rebanho bovino teve um crescimento acentuado, atingindo, em 1989, 4.189.580 cabeças. Em 1985, a estimativa desse rebanho se situava em torno de 3.605.000 cabeças. Em 1994, tal estimativa se situava em torno de 5.155.344 cabeças.

O gado de leite é explorado, em sua maior parte, por pequenos e médios produtores. A produção de leite ainda é insuficiente para suprir o mercado estadual. O baixo padrão genético do rebanho e a falta de alimentação adequada constituem-se em fatores determinantes da baixa produtividade observada no setor. A Região experimenta longo período seco que dificulta a alimentação do rebanho e até o abastecimento de água. Com exceção das grandes propriedades, as técnicas de manejo do rebanho são pouco desenvolvidas, sem uso de silagem, capineiras e rações. A produção de leite é boa durante o período das águas (outubro a abril), e escassa no período da seca, criando grandes problemas de abastecimento e comercialização.

A pecuária extensiva e o uso da pastagem natural, predomina no Tocantins. Constata-se a presença das raças Nelore, Gir, Tabapuã, raças indefinidas e outras. As características climáticas e a baixa fertilidade dos solos, não permitem uma expressiva capacidade de suporte das pastagens. A falta de investimentos

adequados para correção dos solos e a ausência de adequado manejo, vem influenciando nas baixas taxas de nascimento, desfrute e problemas sanitários. Os pastos mais comuns são de brachiária, colonião, quicuío, brachiarão, andropógon, jaraguá, capim nativo e capim gordura. As gramíneas cultivadas têm dado suporte para manutenção de cerca de 1 u.a./ha.

Atualmente um número pequeno de criadores, por iniciativa própria, usam tecnologias em benefício da produtividade. A maioria é resistente a aceitar as técnicas de melhoramento, por questões financeiras ou culturais, com reflexos acentuados na produtividade. Os índices zootécnicos se apresentam, pois, aquém dos desejados e necessários para que nosso produto se torne competitivo frente a outros Estados e a países da América Latina.

Com base nos dados existentes relativos ao ano de 1994, a predominância na pecuária do Estado do Tocantins é do rebanho de bovinos, responsável por 83,3% do total geral. A composição dos rebanhos é a seguinte:

| REBANHOS  | Nº DE CABEÇAS | (%)   |
|-----------|---------------|-------|
| Bovinos   | 5.155.344     | 83,3  |
| Asininos  | 20.766        | 0,3   |
| Suínos    | 648.610       | 10,5  |
| Ovinos    | 46.651        | 0,8   |
| Bubalinos | 25.854        | 0,4   |
| Caprinos  | 49.848        | 0,8   |
| Muare     | 70.275        | 1,1   |
| Equinos   | 170.555       | 2,8   |
| TOTAL     |               | 100,0 |

FONTE: FIBGE - DIPEQ/TO -1991

A seguir, demonstramos a distribuição dos efetivos dos rebanhos em 8 Regiões do Estado, 1993.

**EFETIVO DO REBANHO DO TOCANTINS**

| MICROREGIÕES         | REBANHOS (CABEÇAS) |         |         |          |        |           |          |        |
|----------------------|--------------------|---------|---------|----------|--------|-----------|----------|--------|
|                      | BOVINOS            | SUÍNOS  | EQUINOS | ASININOS | MUARES | BUBALINOS | CAPRINOS | OVINOS |
| 1 - Bico do Papagaio | 378.700            | 97.850  | 18.200  | 6.350    | 13.950 | -         | -        | -      |
| 2 - Araguaína        | 1.335.500          | 81.190  | 18.200  | 2.758    | 11.346 | 15.932    | -        | 8.394  |
| 3 - Miracema         | 1.133.560          | 107.350 | 20.510  | 1.405    | 8.320  | 1.790     | -        | 7.620  |
| 4 - Rio Formoso      | 894.630            | 63.280  | 21.990  | 550      | 10.610 | 7.190     | -        | 4.825  |
| 5 - Gurupi           | 628.900            | 69.550  | 16.370  | 426      | 4.690  | 397       | -        | 3.885  |
| 6 - Porto Nacional   | 337.499            | 60.228  | 13.320  | 1.375    | 5.013  | 335       | -        | 7.367  |
| 7 - Jalapão          | 295.995            | 84.262  | 20.305  | 4.682    | 7.396  | -         | -        | 7.240  |
| 8 - Dianópolis       | 556.820            | 84.900  | 41.660  | 3.220    | 8.950  | 210       | -        | 6.420  |
| TOTAL DO ESTADO      | 5.155.344          | 648.610 | 170.555 | 20.766   | 70.275 | 25.854    | -        | 46.651 |

## 2.3. Extrativismo

### A) - Pesca

A pesca profissional é pouco expressiva, predominando a atividade de subsistência, com geração de pequeno excedente comercializável.

### B) - Vegetal

O extrativismo vegetal apresenta como atividades mais importantes as que se seguem:

#### 1 - Exploração de Babaçu

A mais importante, com grande ocorrência no norte tocantinense. O babaçu já vem sendo aproveitado tanto artesanal como industrialmente na região de Tocantinópolis, onde existe uma indústria de óleo que utiliza em parte a produção das áreas vizinhas.

#### 2 - Madeira em Tora

Em termos econômicos é a segunda atividade extrativa vegetal, tendo alcançado, em 1985, uma produção total de 1.136.790 m<sup>3</sup>.

#### 3 - Em seguida, aparecem a "exploração de lenha" e a "exploração de carvão vegetal".

### C) - Mineral

Conforme estudos e informações disponíveis, o extrativismo mineral no Estado apresenta características de desuniformidade e de pouca expressão econômica, mesmo admitindo que o setor mineral possa vir a representar, futuramente, segmento de peso no contexto econômico. Atualmente, pode-se dizer que grande parte dos minerais extraídos está resumida às atividades de garimpagem.

Os bens minerais produzidos no Estado, excetuando-se os garimpos de ouro, são principalmente, calcários dolomíticos utilizados para corretivo de solo, brita, areia e argila usadas na construção civil e gipsita, lavrada de forma rudimentar em Filadélfia.

Os principais municípios produtores de calcário agrícola são: Ponte Alta do Bom Jesus, Formoso do Araguaia, Guaraí, Cristalândia, Palmeirópolis, Dianópolis e Natividade.

*Tal vez fosse interessante eliminar o tipo 2 pois não se dispõe de dados e após 1985, para quantificar esta atividade. Porém as evidências atuais mostram um decréscimo da atividade em função do tamanho reduzido das florestas e do não reflorestamento.*

As principais regiões com garimpos de ouro, no Estado, encontram-se hierarquizadas abaixo, a partir da mais importante, com indicações das produções contabilizadas oficialmente em 1988:

|   |             |
|---|-------------|
| Região de Araguaína                       | 90.395,1 g  |
| Região de Almas, Natividade e Dianópolis  | 42.588,0g   |
| Região de Porto Nacional e Monte do Carmo | 47.891,1 g  |
| Total dos Garimpos                        | 180.874,2 g |

Com relação às ocorrências minerais, as Regiões Sudeste, Central e Centro-Sul são as que mais se destacam.

A região Sudeste sobressai-se com 94 ocorrências (61,4% do total do Estado), sendo que, deste total, 23 são de ouro, localizadas no município de Dianópolis (24,5% da região) e 20 ocorrências minerais, também de ouro, no município de Almas (21,3% da região).

Ainda na Região Sudeste, existem 55 garimpos, sendo portanto a de maior concentração do Estado. Desse total, 18 estão no município de Almas, 13 no município de Conceição do Tocantins, 3 em Arraias, 3 em Dianópolis e 2 em Natividade.

Com relação à Região Central, as ocorrências são em número de 30 (19,6% do total do Estado), destacando-se o ouro com 11 ocorrências, no município de Porto Nacional, correspondente a 36,7% do total da região.

Na região Centro-Sul, verificam-se 23 ocorrências minerais (15% do total do Estado), destacando-se zirconita, zinco e cobre no município de Palmeirópolis e também zirconita, tântalo e corindão no município de Peixe. Nessa região, verifica-se ainda 13 garimpos com variados minerais, distribuídos nos municípios de Peixe, Gurupi e Palmeirópolis.

*Fazer referência à mina de ouro de Almas  
atualmente explorada pela CID. Vale do Rio Doce.  
(maiores informações podem ser obtidas na  
MINECOTINS).*

## 2.4. Indústria, Comércio, Rede Bancária e Turismo

### 2.4.1. Indústria

A atividade industrial no Estado encontra-se em estágio ainda incipiente. Contudo, o Estado é detentor de grande potencial de matéria-prima nas atividades primárias (agropecuária, florestal e mineral) e no consumo básico da população (alimentos, bebidas e vestuário).

Nos anos de 1980 e 1985, a indústria registrou 720 e 775 estabelecimentos respectivamente, sendo que quase a totalidade era de indústrias de transformação, representando 7,63% do setor industrial no Estado.

A mão-de-obra empregada na atividade industrial era de 3.034 e 3.140 empregados, ou seja, a sua participação relativa no total de mão-de-obra empregada nessas atividades representava 20,0% e 15,6% respectivamente.

Em 1990 e 1995, a atividade industrial registrou 1.783 e 2.262 estabelecimentos respectivamente, representando um crescimento de 26,9%.

Com relação a força de trabalho, nesse período, estimamos uma média de cinco empregados por empresa, em razão da ausência de informações.

#### NÚMERO DE ESTAB. E MÃO-DE-OBRA SETOR IND. - ESTADO DO TOCANTINS

| PERÍODO | Nº DE ESTAB. | Nº DE EMPREG. (*) |
|---------|--------------|-------------------|
| 1980    | 770          | 3034              |
| 1985    | 775          | 3140              |
| 1990    | 1783         | 9065              |
| 1995    | 2.262        | 11.310            |

FONTE: Secretaria de Estado de Fazenda/TO  
Censo Econômico - IBGE  
(\*) Estimativa SEINC

#### a) CONCENTRAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

A atividade industrial no Estado concentra-se nos municípios de Araguaina, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, e em menor escala nos municípios de Colinas, Guarai, Miranorte, Miracema do Tocantins, Tocantinópolis, Araguatins e outros.

Em Araguaina, nos anos de 1990 e 1995, existiam 289 e 338 estabelecimentos, respectivamente, representando 16,2% e 14,9%, em relação ao total de indústria do Estado. Sobressai, nesse município a atividade de produtos alimentícios, a madeira, o vestuário, os materiais não metálicos e mobiliário.

FIZER REFERÊNCIA A ATIVIDADES  
DOS FRIGORÍFICOS E A  
TENDÊNCIA DE EXPANSÃO DO SETOR

Em Gurupi, existiam 196 e 248 empresas nos anos de 1990 e 1995, representando em relação ao total do Estado, 10,9% e 11,0%. A atividade principal no município, de produtos alimentícios.

Em Palmas, a capital do Estado, o fenômeno, observado por outro ângulo, sendo que no ano de sua criação, foram criadas 12 empresas, com tendência para a atividade de materiais não metálicos. Até janeiro de 1995, o crescimento foi bastante expressivo, com 227 industriais instaladas. Sobressaiu neste período a atividade de alimentos, seguida pela atividade de materiais não metálicos.

## b) ANÁLISE SETORIAL POR RAMO DE ATIVIDADE INDUSTRIAL

A análise da estrutura industrial por ramo de atividade, permite-nos traçar conhecimento das tendências do setor.

Os principais subsetores da indústria que se pode destacar são: a indústria de transformação, que no ano de 1985, registrou 771 estabelecimentos industriais, com o predomínio das indústrias alimentares que possuía 339 estabelecimentos ou 43% do total. O gênero de indústrias da área de madeira agregou 135 estabelecimentos com 10%, em terceiro lugar os não metálicos, com 126 estabelecimentos ou 16% do total e, em quarto lugar, o mobiliário com 75 estabelecimentos (10% do total).

Em 1990, o Estado do Tocantins registrou 1783 estabelecimentos industriais. A atividade de produtos alimentícios possuía 703 estabelecimentos, representando 39% do total de indústrias no Estado. O segmento madeireiro, encontra-se em segundo lugar, representando 25%, a indústria de materiais não metálicos 11%; seguidos da indústria de metalurgia, de vestuário e outras.

Estes números, comparados com dados de 1995, apresentam variações bastantes definidas, quer seja pela estabilização do novo Estado que seja pelas tendências das potencialidades regionais.

As atividades industriais do setor alimentício, em 1995 representam 33,6% do total das indústrias do Estado, com 6,33% a menor em relação a 1990. O mesmo ocorreu com as indústrias de madeira, em 7,98%. Verificamos, no entanto, que o mesmo não ocorreu com os segmentos minerais não metálicos, metalurgia, vestuário e mobiliário, que apresentam índices de crescimento superiores em relação a 1990. Embora esses aumentos não tenham sido significativos, demonstram uma maior conscientização dos empresários na utilização da matéria-prima regional, estabelecendo através das próprias regras de mercado, tendência para um crescimento mais acelerado desses segmentos, proporcionando alternativas para os empresários que pretendem investir no Estado.

**INDÚSTRIA POR RAMO DE ATIVIDADE**

| PRINCIPAIS<br>ATIVIDADES<br>INDUSTRIAIS | 1990         |               | 1995         |               |
|---|--------------|---------------|--------------|---------------|
|   | Nº           | %             | Nº           | %             |
| Produtos alimentícios                   | 712          | 39,93         | 764          | 33,60         |
| Madeira                                 | 448          | 25,13         | 390          | 17,15         |
| Minerais não metálicos                  | 206          | 11,55         | 277          | 9,98          |
| Metalurgia                              | 117          | 6,56          | 168          | 7,39          |
| Vestuário, calçados                     | 85           | 4,77          | 193          | 7,65          |
| Mobiliário                              | 81           | 4,54          | 158          | 6,19          |
| Diversos                                | 134          | 7,52          | 324          | 14,5          |
| <b>TOTAL</b>                            | <b>1.783</b> | <b>100,00</b> | <b>2.274</b> | <b>100,00</b> |

FONTE: Secretaria da Fazenda

**c) DISTRITOS INDUSTRIAIS**

O Estado do Tocantins oferece, a todos que desejam nele investir, áreas nos Distritos Industriais, implantados na cidades de Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. No momento estão em estudo áreas industriais em Formoso do Araguaia, Miranorte e Colinas do Tocantins.

## 2.4.2. Comércio

O setor terciário no Estado do Tocantins ainda é pouco expressivo. O comércio, apesar de incipiente, ainda assim é a atividade com maior índice de participação na arrecadação do ICMS.

Em 1995 foram registradas 15.780 firmas no setor, sendo 1.013 estabelecimentos atacadistas e 14.767 varejistas. Predomina no Estado, tanto no atacado como no varejo, o comércio de produtos alimentícios e vestuário e artigos diversos, ou seja gêneros de primeira necessidades. A tabela abaixo indica as atividades atacadistas e varejistas mais expressivas no Estado, destacando o número de estabelecimentos e a participação relativa no mercado.

### ATIVIDADES MAIS EXPRESSIVA

| COMÉRCIO ATACADISTA   | ESTABELE-<br>CIMENTOS | %     | COMÉRCIO VAREJISTA                                     | ESTABELE-<br>CIMENTOS | %     |
|---|-----------------------|-------|--|-----------------------|-------|
| 1- Produtos alimentícios  | 372                   | 36,72 | 1- Produtos alimentícios                               | 6.333                 | 42,8  |
| 2- Bebidas e fumos  | 183                   | 18,07 | 2- Vestuário, objetos e arti-<br>gos para uso diversos | 3.201                 | 21,68 |
| 3- Vestuário armarinho e<br>calçado                                 | 77                    | 7,60  | 3- Veículos, implementos,<br>peças e acessórios        | 1.254                 | 8,49  |
| 4- Produtos metalúrgicos,<br>ferragens e materiais de<br>construção | 66                    | 6,52  | 4- Materiais para construção                           | 1.163                 | 7,88  |
| 5- Artigos diversos   | 73                    | 7,21  | 5- Produtos químicos farma-<br>cêuticos e medicinais   | 743                   | 5,03  |
| 6- Outros   | 242                   | 23,88 | 6- Outros  | 2.072                 | 14,04 |
| TOTAL   | 1.013                 | 100,0 |  | 14.767                | 100,0 |

Observa-se que a atividade comercial concentra-se nos maiores centros urbanos do Estado. Se somarmos o número de firmas ativas existentes nas 05 (cinco) maiores cidades do Estado teremos 6.755 estabelecimentos varejistas e 633 atacadistas que correspondem respectivamente a 45,74 % e 62,49 % do total.

### ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS:

| MUNICÍPIOS        | COMÉRCIO  |       |            |       |
|-------------------|-----------|-------|------------|-------|
|                   | VAREJISTA | %     | ATACADISTA | %     |
| Araguaína         | 2.202     | 14,91 | 211        | 20,83 |
| Gurupí            | 1.675     | 11,34 | 152        | 15,00 |
| Palmas            | 1.425     | 9,65  | 163        | 16,10 |
| Paraíso           | 804       | 5,44  | 62         | 6,12  |
| Porto Nacional    | 649       | 4,4   | 45         | 4,44  |
| Sub Total         | 6.755     | 45,74 | 633        | 62,49 |
| Outros Municípios | 8.012     | 54,26 | 380        | 37,51 |
| TOTAL             | 14.767    | 100,0 | 1.013      | 100,0 |

A concentração da atividade comercial nesses municípios pode ser entendida analógicamente pelas suas localizações geográficas estratégicas no território tocantinense. O fator importante que alavancou o desenvolvimento dos principais pólos (Araguaína, Gurupi e Paraíso do Tocantins) foi sem dúvida a construção da BR - 153, que corta o Estado no sentido Norte - Sul. Enquanto que Araguaína e Gurupi transformaram-se nos dois centros de desenvolvimentos localizados ao norte e ao sul respectivamente, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional polarizaram as regiões centrais do Estado, localizadas às margens esquerda e direita do rio Tocantins, respectivamente. Palmas por ser a capital e estar em franco desenvolvimento, tende a curto prazo, tornar-se o maior centro abastecedor e consumidor do Estado.

### 2.4.3. Rede Bancária do Estado do Tocantins

O Estado do Tocantins possui atualmente 85 agências bancárias em todo o estado; sendo que atualmente em seu território apresenta a presença de 13 bancos localizados em todo o Estado, a tabela abaixo, mostra as cidades e os bancos que estão presentes nestas:

| MUNICÍPIOS       | AGÊNCIAS BANCÁRIAS |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |
|------------------|--------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|
|                  | 1                  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| Tocantinópolis   | X                  |   |   |   | X |   | X |   |   |    |    |    |    |
| Araguaína        | X                  |   | X | X | X | X | X | X |   | X  | X  | X  |    |
| Ananás           | X                  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |
| Dianópolis       | X                  |   |   |   | X |   | X |   |   |    |    |    |    |
| Augustinópolis   | X                  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |
| Alvorada         | X                  |   |   |   |   |   | X |   |   |    |    |    |    |
| Porto Nacional   | X                  |   |   | X | X |   | X | X |   |    | X  | X  |    |
| Palmas           | X                  | X |   | X | X | X | X | X |   |    |    | X  |    |
| Colinas do TO    | X                  |   |   | X |   |   | X |   |   |    | X  | X  |    |
| Miracema         | X                  |   |   | X | X |   | X |   |   |    |    | X  |    |
| Cristalândia     | X                  |   |   |   |   |   | X |   |   |    |    |    |    |
| Barrolândia      | X                  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |
| Peixe            | X                  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |
| Guaraí           | X                  |   |   |   | X |   | X |   |   |    | X  |    |    |
| Pedro Afonso     | X                  |   |   |   | X |   |   |   |   |    |    |    |    |
| Gurupi           | X                  |   |   | X | X |   | X | X | X |    | X  | X  |    |
| Miranorte        | X                  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    | X  |    |
| Paraíso          |                    |   |   | X |   |   | X |   |   |    | X  | X  | X  |
| Xambioá          |                    |   |   | X |   |   | X |   |   |    |    |    |    |
| Araguaçu         |                    |   |   | X |   |   | X |   |   |    |    |    |    |
| Colméia          |                    |   |   | X |   |   | X |   |   |    |    |    |    |
| Palmeirópolis    |                    |   |   | X |   |   |   |   |   |    |    |    |    |
| Natividade       |                    |   |   |   | X |   |   |   |   |    |    |    |    |
| Formoso do Arag. |                    |   |   |   |   |   | X |   | X |    |    |    |    |
| Araguatins       |                    |   |   |   |   |   | X |   |   |    |    |    |    |
| Arraias          |                    |   |   |   |   |   | X |   |   |    |    |    |    |
| Taguatinga       |                    |   |   |   |   |   | X |   |   |    |    |    |    |
| Arapoema         |                    |   |   |   |   |   |   |   |   |    | X  |    |    |
| Filadélfia       |                    |   |   |   |   |   | X |   |   |    |    |    |    |

1 - Bamerindus, 2 - Bandeirantes, 3 - BBC, 4 - Bradesco, 5 - Basa, 6 - BCN, 7 - Banco do Brasil, 8 - Itaú, 9 - Mercantil, 10 - Mercantil de São Paulo, 11 - B EG, 12 - CEF, 13 - Credipar.

Esses 13 bancos localizam-se em 29 cidades por todo o Estado, como há de se esperar, há uma concentração na localização das agências nas maiores cidades e carências nas regiões com menor nível de renda do Estado.

#### a) EMPRÉSTIMO DOS BANCOS OFICIAIS NO ESTADO

Os bancos oficiais no Estado do Tocantins realizaram em 1992 operações de crédito e empréstimo na ordem de US\$ 18.300.000,00.

O Banco do Brasil mais de US\$112.000.000,00 sendo que 92,05% foi feito para o setor agropecuária; 4,06% o banco emprestou ao setor industrial do Estado 3,88% para o comércio e os demais setores da economia Tocantinense.

Bom relação a crédito para funcionamento da produção, o Banco do Brasil emprestou mais de US\$ 25.000.000,00 sendo que 96,11%, foi dado ao setor agropecuária Tocantinense, 1,88% para o setor industrial do Estado e 2,01% para o comércio e os demais setores da economia.

A Caixa Econômica Federal produziu crédito em 1992 de mais de US\$13.000.000,00 do qual desses 77,55% foi destinado a habitação, 20,26% foi para pessoas jurídicas e 2,19% foi para pessoas físicas.

O BNDES investiu no Estado para financiamento nas empresas locais mais de US\$3.000.000,00 e o BASA investiu através do FNO mais de US\$27000.000,00 em seu programas de financiamentos.

#### b) DEPÓSITO NO BANCO DO BRASIL

Os depósitos no Banco do Brasil cresceram em 1992, 11,03% em relação ao ano de 1990, os depósitos à vista devido a escalanada inflacionária que depreciava o valor deste descreceu 35,97% de 1992 em relação 1990, mas os depósitos à prazo cresceram 148,53% em 1992 com relação a 1990 por causa da inflação que faz com que os agentes necessitam de uma remuneração que pelo menos faça reduzir as perdas com a inflação.

Os depósitos em caderneta de poupança cresceram no período 16,72%. Os depósitos à prazo que não são de poupança (fundos, títulos bancários etc...) se elevou 311,03% no período isto se deve, como já foi explicado anteriormente ao efeito inflacionário.

#### 2.4.4. Turismo

O Estado do Tocantins reúne fatores diferenciados de atração para um mercado turístico. No entanto, a atividade turística no Estado é pouco explorado. E são vários fatores que contribuem para essa realidade, principalmente, por tratar-se de um Estado recentemente criado, carente de infra-estrutura básica de suporte ao setor. Pode-se dizer que o potencial turístico do Estado do Tocantins ainda está para ser explorado, podendo vir a ser um ramo de atividade econômica altamente rentável.

Dentre os atrativos turísticos do Estado do Tocantins podemos destacar os seguintes:

- Os Azuis de Aurora do Tocantins. Um dos rios mais curtos do mundo, com cerca de 500 metros de comprimento, trazendo consigo uma das águas cristalinas existentes no Planeta, compreendendo-se com a foz do rio Amazonas.

- A gruta de S. Bento em Arraias.

- A cachoeira do Registro em Taguatinga.

- O Caseril e a Igreja dos Pretos em Natividade.

- As praias paradisíacas formadas no percurso dos rios Araguaia e Tocantins.

- A Lagoa da Confusão, no Município de Lagoa da Confusão.

- Além disto, temos a maior Ilha Fluvial do Mundo, a Ilha do Bananal com cerca de 20.000 m<sup>2</sup> com uma rica flora e a mais diversificada fauna, onde se encontra mais de novecentos espécimes de aves, e grande variedade de outros animais. Localizam-se também na Ilha, as reservas indígenas das tribos Karajás e Javahés.

Sendo assim podemos comprovar a existência de grandes riquezas que devem ser objetos de estudos e posteriormente, receber incentivos para montagem de programas que poderão atrair maior número de turistas.

## 2.5. Infra - Estrutura Econômica

Sistemas eficientes de energia, telecomunicações e transporte constituem a base indispensável para o desenvolvimento. O Estado do Tocantins tem enorme potencial de aproveitamento de hidroeletricidade e muitas vezes falta luz. Margeia a região Nordeste quase não tem ligações de meios de transporte com essa região; nem mesmo rodoviário. Tem sua hidrovía instituída para o aproveitamento do potencial de navegação de dois dos maiores rios nacionais, que conduzem à saída portuária do norte brasileiro, e não tem transporte hidroviário. Apresenta uma condição topográfica excepcionalmente favorável para a implantação de uma ferrovia de longo curso, capaz de unir seu território à Estrada de ferro de Carajás e ao terminal graneleiro do Porto de Ponta da Madeira, não tem um sistema de transporte eficiente; a infra estrutura de transporte hoje existe e é constituído pela Belém-Brasília (BR-153), coluna vertebral de seu sistema rodoviário, que adquire uma importância maior para a estruturação de seu sistema interno do que para o transporte de longo curso. Na telefonia apresenta um dos maiores índices negativos de densidade do país e é a única Unidade da Federação que não tem uma empresa de âmbito estadual do Sistema Telebrás.

### 2.5.1 - Transportes

#### a) RODOVIÁRIO

O Estado possui malha viária de 11.357,6 km de rodovias, sendo 2.637,6 km federais, e 8.720 km estaduais. Da malha estadual, 712,8 km são ou estão sendo pavimentados, 3.504 km são de revestimento primário e 2.880 km são de leito natural. Quanto a malha rodoviária federal, 821,5 km são asfaltadas e 1.816,1 km são de leito natural e/ou revestimento primário.

O eixo principal é a BR-153 (Belém-Brasília) e a partir dele o Governo do Estado estabeleceu a proposta do atual Plano Quinquenal do Estado. O Plano prevê: a) Implantação básica de rodovias (BIRD): 1.250 km; b) Pavimentação de Rodovias Estaduais (BIRD II): 1.000 km; c) Pavimentação de Rodovias (BID): 1.000 km; d) Pontes e Estradas Rurais: 300 km; e) Terminais Rodoviários: 30 unidades; f) Pavimentação de Vias Urbanas: 2.500.000 m<sup>2</sup>.

#### b) HIDROVIÁRIO

Segundo estudos desenvolvidos pela Comissão Especial para implantação do Estado do Tocantins-CEIET, a transformação dos rios Tocantins e Araguaia em hidrovias para circulação de mercadorias a longas distâncias, dependerá da conclusão da eclusa de Tucuruí, da construção da barragem e eclusas de Santa Isabel, no rio Araguaia, da melhoria das condições de navegabilidade de diversos trechos fluviais, através da execução de obras de drenagem e derrocamentos, além da construção de uma moderna infra-estrutura portuária e da implantação de um sistema de sinalização eficiente.

Atualmente, os principais portos existentes no rio Tocantins são: Cametá, Mocajuba, Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Itaguatins, Tocantinópolis, Carolina, Miracema e Porto Nacional.

No baixo Tocantins, encontra-se uma frota mista de embarcações. Uma formada por antigos barcos construídos para transporte de castanha, e outra mais moderna, está voltada para o transporte de cimento e outros materiais de construção e combustível.

A frota tradicional é constituída por lanchas com capacidade para 50 passageiros, propulsão a diesel e 2,0 m de calado, e por barcos típicos de carga, de madeira, alcunhados de "bicudos", com capacidade em torno de 60t, propulsão a diesel e com 2,0 m de calado.

O estirão navegável de Miracema do Tocantins até o Estreito - MA, representa 450 km de rio francamente navegável durante meio período do ano (período das águas altas) por barcaça de calado médio e grande representando com isso, grande capacidade de carga a custos baixos.

A AHITAR - Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia, Instituição do Ministério dos Transportes, vem realizando estudos e testes de navegação no Rio Araguaia e, sob sua orientação e apoio, em 28 de abril de 1995, partiu um comboio de chatas operadas por empresa privada de navegação, transportando 700 t de soja de Nova Xavantina - MT, com destino ao Porto de Itaquí - MA, utilizando transporte intermodal a partir de Xambioá - TO, até onde a navegação é franca no período das águas altas (janeiro a abril) e com algumas restrições entre novembro a dezembro e maio a junho, que podem ser reduzidas com um projeto de balizamento.

### c) FERROVIÁRIO

A ferrovia Norte-Sul, com uma extensão projetada de 1.570 km, cujos pontos terminais localizam-se em Açailândia (MA), no entroncamento com a Estrada de Ferro Carajás, e próximo a Brasília, no entroncamento com o Sistema Ferroviário Sudeste da Rede Ferroviária Federal, terá aproximadamente 750 km (50%) do percurso total implantado no Estado do Tocantins, e deverá interligar o Estado no sentido longitudinal Norte-Sul, paralelamente a rodovia Belém-Brasília (BR-153).

O programa de implantação prevê: 1ª ETAPA - a) Construção de um ramal ferroviário entre a região de Colinas, no Estado, e Açailândia, no entroncamento com a ferrovia do Carajás, b) Construção de um ramal ferroviário entre Porangatu (Go) e proximidades de Brasília-DF, 2ª ETAPA - Interligação dos dois ramais objetos da primeira, na área de influência do Programa Brasil-Central.

Com este traçado a ferrovia interligará o Estado do Tocantins aos portos de Tubarão (ES) e Itaquí (MA) e com o resto do Sistema Ferroviário Nacional.

A possibilidade de expansão da fronteira agrícola na área central, denominada Cerrado Setentrional Brasileiro, ora em estudo pela SEPLAN/PR, determina a viabilidade de implantação dessa ferrovia, como alternativa para o transporte de grandes volumes de cargas previstos para a região.

#### d) AEROVIÁRIO

O Estado do Tocantins possui quatro aeroportos com capacidade para receber aeronaves de médio porte e estão localizados nas cidades de Gurupi, Porto Nacional, Araguaína e Palmas. Existe uma linha regular de Brasília a Belém com escala em Porto Nacional feita diariamente pela empresa Transportes Aereos de Marília (TAM). Partindo de Palmas para Brasília existem vôos diários feita pela empresa Brasil Central.

### 2.5.2 - Energia Elétrica

O Estado do Tocantins apresenta um setor energético bastante deficiente e, na época de sua criação, o sistema de energia elétrica, também se dividiu, ficando para o Estado do Tocantins as Usinas Hidroelétricas de Rio Abreu, Ponte Alta, Dianópolis, Natividade, Isamu Ikeda, Lageado, Corujão, Lajes e Tocantinópolis.

Três sistemas distintos, REGIÃO NORTE, REGIÃO CENTRAL E REGIÃO SUL, suprem de energia elétrica o Estado.

Na distribuição territorial, o Norte é servido pelo Sistema Interligado Norte-Nordeste, com a energia de Tucuruí (Sistema Eletronorte), Lages e Corujão. O Sul é abastecido pelo sistema Sudeste, através de Cachoeira Dourada (Sistema Furnas), e o Centro é suprido pelas Usinas de Lageado e Isamu Ikeda, enquanto o Sudeste é suprido pelas Usinas de Ponte Alta, Taguatinga e Dianópolis.

Ações conjuntas entre a Companhia de Eletricidade do Tocantins (CELTINS) e o Governo Estadual estão sendo praticadas para a realização de estudos e implantação de projetos, capazes de proporcionar um grande impulso ao polo de desenvolvimento emergente no Estado. Cabe ressaltar que essa Companhia de capital privado, é a responsável por toda a execução de obras do setor elétrico do Estado, seguindo uma programação de ações, previamente acordada entre a empresa e o Governo. Este através do Departamento de Energia, além de executar obras em pequena escala, fiscaliza as obras da Celtins.

Para que essas ações sejam exequíveis e conseqüentemente tenham êxito, a tensão nos pontos de suprimento da Eletronorte e Furnas foram elevadas para 138 kv.

No Estado do Tocantins, 71,3% do consumo de energia elétrica, cabem aos estabelecimentos residenciais e comerciais das principais cidades, 6,9% pelas indústrias e o restante, ou seja, 21,8% atende aos estabelecimentos que margeiam as

estradas e residências próximas às linhas de transmissão e distribuição para uso doméstico e agropecuário.

De toda a energia utilizada nos projetos agrícolas de lavoura irrigada no Estado, apenas 0,92% provém de hidroelétrica, sendo o restante proveniente de motor a diesel.

A projeção do aumento de áreas para lavoura irrigada até o ano de 2015 é de aproximadamente 303.750 ha, o que acarretará um consumo de 604.646.586 kv.

### **2.5.3 - Telecomunicações**

O Estado do Tocantins tem seu sistema de telefonia explorado por duas empresas pertencentes ao sistema TELEBRAS: a TELEBRASÍLIA que atende cinco municípios (Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Ponte Alta do Bom Jesus e Taguatinga) e TELEGOIÁS atendendo os demais municípios.

O sistema interurbano do Estado é baseado na rota de microondas de alta capacidade da EMBRATEL. Seu canal rádio principal recebe e distribui tráfego em Gurupí e em Imperatriz (MA). O canal de serviço é aberto em várias repetidoras com a mesma finalidade. Rotas transversais da TELEGOIÁS levam o tráfego ao sistema da EMBRATEL.

As ligações interurbanas de Araguaína, Porto Nacional e Gurupi são completadas automaticamente através de meios próprios destas cidades. As ligações interurbanas de Colinas do Tocantins e Tocantinópolis são feitas, também automaticamente, através da central de Araguaína; as de Miracema do Tocantins e Paraíso do Tocantins, através da central de Gurupi. Arraias é atendida através de Posse (GO), pela TELEBRASÍLIA.

Os dois centros interurbanos do Estado são Araguaína e Gurupi. Nas demais cidades, que têm serviço DDD, a conexão é feita através de central, a nível superior, automaticamente. As ligações dos Postos de Serviços são completadas por telefonistas da central à qual são ligados.

O sistema de Telefonia no Estado do Tocantins ainda é precário, necessitando de ampliação e melhoria, instalando novos PS e serviço DDD.

#### - TELEFONIA RURAL

Algumas localidades são atendidas, via rádio de ondas curtas, pela RENAC- Rede Nacional de Atendimento Comunitário, através da qual têm acesso ao Sistema Nacional de Comunicações.

#### - TELEX

Dez municípios do Estado possuíam, em passado recente, serviço de telex da EMBRATEL, atendidos pela central Telex de Goiânia (GO) ou de São Luís (MA), através dos centros de operação de Gurupi e de Imperatriz (MA), respectivamente.

#### - TELEFONIA CELULAR

No Estado, apenas a Capital Palmas conta com este novo avanço tecnológico de comunicação.

#### 2.5.4. Armazenamento

Em março de 1994, a rede de armazenagem no Estado apresentava uma capacidade armazenadora de 2.107.347 toneladas, distribuídas nos municípios das regiões, conforme quadro abaixo.

##### REDE ARMAZENADORA DO TOCANTINS, POR REGIÃO - 1993 (\*)

| MICROREGIÕES           | PROPRIEDADE   |                |                  |               | TOTAL            |
|------------------------|---------------|----------------|------------------|---------------|------------------|
|                        | CASETINS      | COOPERATIVA    | PARTICULAR       | PREFEITURA    |                  |
| 1 - Bico do Papagaio   | 4.200         | -              | -                | -             | 4.200            |
| 2 - Araguaína          | 10.500        | -              | 13.580           | -             | 24.080           |
| 3 - Miracema           | 7.200         | 7.434          | 81.844           | -             | 96.478           |
| 4 - Rio Formoso        | 9.000         | 179.651        | 606.551          | 15.000        | 810.202          |
| 5 - Gurupi             | 35.700        | 73.000         | 723.570          | -             | 832.270          |
| 6 - Porto Nacional     | 9.000         | 94.080         | 121.237          | -             | 224.317          |
| 7 - Jalapão            | 3.000         | -              | 2.000            | -             | 5.000            |
| 8 - Dianópolis         | 6.500         | -              | 91.900           | 12.400        | 110.800          |
| <b>TOTAL DO ESTADO</b> | <b>85.100</b> | <b>354.165</b> | <b>1.640.682</b> | <b>27.400</b> | <b>2.107.347</b> |

FONTE: FIBGE, DEAGRO, CASETINS

(\*) Considerados os armazéns ao nível de fazenda, de prefeituras, e de empresas cadastradas como armazém geral.

Verifica-se que a região com maior capacidade armazenadora, no Estado, é a de Gurupi, com possibilidade de estocar 723.570 toneladas.

Convém ressaltar, entretanto, que parte dos armazéns constantes do quadro acima se encontram desativados, em virtude da redução da produção em sua área de abrangência. Alguns se encontram em processo de deterioração. Esses armazéns desativados estão localizados nas seguintes microrregiões:

|                |           |
|----------------|-----------|
| Araguaína      | 13.580 t  |
| Miracema       | 31.254 t  |
| Rio Formoso    | 57.666 t  |
| Gurupi         | 92.350 t  |
| Porto Nacional | 38.235 t  |
| Jalapão        | 2.000 t   |
| Dianópolis     | 35.500 t  |
| Total          | 270.585 t |

### 3. ASPECTOS SOCIAIS

#### 3.1. Demografia

O último censo realizado em 1991 mostrou que a população residente no Estado do Tocantins totalizou 919.863 habitantes. Isto revela-nos que no período de 1980 a 1991 a população do Estado teve um crescimento médio anual de 2,01%. Este crescimento percentual foi inferior ao do período de 1970 a 1980 que de 3,55%. (Tabela 1).

Segundo os dados dos últimos censos observou-se que há grande disparidade entre o ritmo de crescimento das principais cidades do Estado e as demais. Enquanto cidades como Gurupi e Palmas tiveram um crescimento médio anual de 5,20 e 19,92% respectivamente, outras tiveram um crescimento populacional em torno de 2%. A maioria dos municípios tocantinenses teve um crescimento inexpressivo, "muito lento" ou até decréscimo populacional como o caso dos municípios de Natividade e Miranorte, com 0,37% e -0,25% respectivamente. Observa-se também, crescimento expressivo em outros como Augustinópolis e Silvanópolis que tiveram crescimento acelerado, atingindo uma taxa média anual de 6% a 8% .

Ao observar o comportamento, da população residente no Estado do Tocantins verificou-se um crescimento significativo da população urbana nas últimas décadas.

Em 1970, a população do Norte de Goiás, hoje Tocantins, era de 521.211 habitantes, destes, 24,72% concentravam-se na zona urbana e 75,28% na rural. Durante os anos setenta, a população urbana cresceu significativamente, evidenciando o processo de urbanização que vem ocorrendo no Estado. De 1970/80 a população urbana teve um crescimento médio anual de 8,58% passando a representar 39,7% da população do Estado. Enquanto a rural teve um crescimento lento, de 1,28%. (Tabela1).

No período de 1980 a 1991 o crescimento médio anual da população foi de 2,01%. Porém, a população urbana cresceu 5,53% e a rural teve um decréscimo de -1,21% passando a representar 42% do efetivo populacional do Estado, confirmando desta maneira o processo de migração que vem ocorrendo no Estado.

De 1991 a 1993 o contingente populacional do Estado teve um crescimento médio de 2,7% chegando a 70.155 habitantes. Merece destaque o crescimento ocorrido na Capital que foi de 40,01%, em consequência da migração intra e extra-estadual ocorrido principalmente, neste período, por ser Palmas a mais nova capital do país, representando para muitos, uma oportunidade de emprego e conseqüente melhoria do padrão de vida.

Segundo as informações do último censo quanto a população rural e urbana, verifica-se que houve um grau de urbanização em torno de 57,63%, praticamente igual a urbanização da região norte e inferior a do Brasil que foi de 75,46%.

Diante dessa realidade, é premente que se adote medidas, programas que visem conter esse processo de urbanização desenfreado, tendo como pré-condições para o desenvolvimento sustentável do Estado, a construção de infra-estrutura mínima de apoio à produção que garanta ao homem do campo desenvolver atividades produtivas. Dessa forma, estar-se-ia contribuindo para a geração de emprego e renda e conseqüente melhoria do padrão de vida local.

ESTADO DO TOCANTINS: POPULAÇÃO RESIDENTE URBANA, RURAL Tx  
CRESCIMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA 1970 A 1991 (tabela 01)

| POPULAÇÃO RESIDENTE |         |         |       |         |       | TAXA DE CRESCIMENTO |        |       | Dens. Dem. h/Km <sup>2</sup> |
|---------------------|---------|---------|-------|---------|-------|---------------------|--------|-------|------------------------------|
| 2Anos               | Total   | Urbano  | %     | Rural   | %     | Total               | Urbano | Rural |                              |
| 1970                | 521.211 | 128.860 | 24,72 | 392.351 | 75,28 |                     |        |       | 1,82                         |
| 1980                | 738.884 | 293.442 | 39,71 | 445.442 | 60,29 | 3,55                | 8,58   | 1,28  | 2,58                         |
| 1991                | 919.863 | 530.636 | 57,69 | 389.227 | 42,31 | 2,01                | 5,53   | -1,21 | 3,30                         |
| 1993                | 970.155 | ...     | ...   | ...     | ...   | 2,7                 | ...    | ...   | 3,48                         |

Fonte IBGE.

No ano de 1970, a população das três principais cidades do Estado representava 17,9% do efetivo populacional do mesmo, sendo que as cidades de Araguaína e Porto Nacional apresentava maior percentual de participação. Estes municípios continuaram crescendo durante as décadas de 70 e 80, e em 1991 Araguaína, Gurupi e Porto Nacional passaram a representar 20% da população do Estado (tabela 2).

Observa-se que de 1970 a 1991 as cidades de Araguaína e Gurupi mantiveram sua hegemonia, representando 15,33% da população do Estado.

Os principais municípios do Estado tem aumentado a participação na população total do Estado de maneira significativa. Em 1970, representava 34,20% e em 1991 37,28%. Dos principais municípios 5 (cinco) situam-se a margens da BR 153 Araguaína, Gurupi, Colinas e Paraíso, tiveram crescimento populacional expressivo fato ocorrido principalmente por questões geográficas, facilitando ainda mais a migração para estes municípios, últimas décadas.

O município de Guaraí apesar de situar-se as margens da BR 153 não teve aumento significativo de participação na população total do Estado (tabela 2).

A Capital Palmas, em 1991 representava 2,64 da população do Estado, com crescimento médio anual de 19,92% atingiu em 1993 um contingente populacional de 47.360 habitantes, participando com 4,90% da população total do Tocantins.

A distribuição espacial da população do Estado do Tocantins apresenta-se bastante diferenciada. Em 1991, a densidade demográfica do Estado 3,30 hab./km<sup>2</sup>, isto evidencia um grande vazio territorial, com potencial para absorver maior contingente populacional, porém os desequilíbrios na ocupação espacial do Estado devem ser considerados, uma vez que há disparidade entre os municípios. Enquanto uns tem densidade demográfica acima de 20 hab/Km<sup>2</sup> outros tem abaixo de 3 hab/Km<sup>2</sup>.

Os dados do último censo mostram que dentre os dez principais municípios do Estado, os municípios de Araguaína, Gurupí, Paraíso e Colinas tiveram densidade demográfica entre 17 e 30 habitantes por Km<sup>2</sup> (tabela 2).

ESTADO DO TOCANTINS: DENSIDADE DEMOGRÁFICA, TAXAS DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS 1970/91, (tabela 2)

| Municípios     | 1970        |              |       | 1980        |              |       | 1991        |              |         |
|----------------|-------------|--------------|-------|-------------|--------------|-------|-------------|--------------|---------|
|                | Dens. Demg. | Tx de Cresc. | Part. | Dens. Demg. | Tx de Cresc. | Part. | Dens. Demg. | Tx de Cresc. | Part. % |
| Araguaína      | 4,02        | 6,67         | 7,2   | 7,7         | 6,7          | 9,8   | 23,02       | 3,4          | 9,81    |
| Gurupí         | 6,52        | 4,6          | 4,7   | 10,2        | 4,6          | 5,2   | 29,5        | 5,20         | 5,92    |
| Palmas         | .....       | .....        | ..... | .....       | .....        | ..... | 9,8         | 19,92        | 2,64    |
| Porto Nacional | 2,59        | 1,41         | 6,0   | 3           | 1,4          | 4,9   | 9,09        | 3,23         | 4,7     |
| Paraíso        | 6,47        | 8,32         | 1,8   | 14,4        | 8,3          | 2,8   | 17,19       | 3,05         | 3,14    |
| Araguatins     | 4,19        | 3,81         | 2,4   | 6,1         | 3,8          | 2,5   | 9,22        | 3,98         | 2,3     |
| Colinas        | 10,76       | 7,97         | 1,6   | 23,1        | 7,9          | 2,5   | 24,85       | 1,33         | 2,29    |
| Tocantinópolis | 4,22        | 1,69         | 4,5   | 4,9         | 1,6          | 3,8   | 13,44       | 0,87         | 2,27    |
| Miracema       | 2,78        | 2,24         | 3,9   | 3,5         | 2,2          | 3,4   | 6,85        | 4,24         | 2,1     |
| Guraraí        | 3,51        | 4,86         | 2,1   | 5,6         | 4,8          | 2,4   | 7,22        | 1,43         | 2,11    |

### 3.2. Saúde

O Estado do Tocantins com uma população estimada atualmente em 1.022.915 habitantes, apresenta uma estrutura de saúde composta por 66 hospitais públicos, 46 hospitais privados, 191 postos de saúde, 64 centros de saúde, que oferecem um total de 3.401 leitos, sendo que destes, 1931 pertencem a rede pública e 1.470 a rede privada.

O Estado apresenta uma estrutura hospitalar de 1,0 leito para cada grupo de 300 habitantes; 1,0 médico para cada grupo de 1.309 habitantes, fora dos padrões considerados ideais pela organização mundial de saúde que é de 1,0 leito para 235 habitantes e 1,0 médico para cada 1.000 habitantes.

Há portanto, um déficit de 951 leitos e 241 médicos em termos gerais, sem particularizar a nível de região ou município. Na realidade se analisarmos a nível de municípios, o déficit é bem maior, uma vez que nem todas as cidades possuem unidades de saúde, e, quando possuem, não dispõem de equipamentos e recursos humanos necessários ao adequado funcionamento, atuando apenas na prestação de serviços ambulatoriais.

Verifica-se ainda que o Estado já tem uma certa rede laboratorial.

Existem 08 hemocentros localizados em Araguaína, Arraias, Augustinópolis, Colinas, Gurupi, Palmas, Paraíso e Porto Nacional.

Quanto à assistência odontológica, dos 123 municípios do Estado apenas 60% possuem alguma estrutura e mesmo assim deficitária, sem programas educativos ou preventivos e de diagnóstico e controle do câncer bucal. Portanto, há uma precariedade muito grande no atendimento odontológico, fazendo-se necessário uma atuação mais pragmática do poder público neste setor.

A vigilância sanitária, tem como base as ações de fiscalização e controle de produtos alimentícios, químicos e farmacêuticos e de fiscalização do exercício profissional. Deve-se dar ênfase às ações de vigilância sanitária, uma vez que esta área da saúde pública é de relevante importância para a prevenção de endemias.

A atividade de Vigilância Epidemiológica, por sua diversidade, encontra-se numa situação crítica e por demais carente. Suas ações norteiam-se, basicamente, nos seguintes setores: Materno-Infantil, Imunização, Pneumologia, Hanseníase, Zoonose, Saúde Mental, Assistência Social.

Observa-se alto índice de morbi-mortalidade infantil. Identifica-se, portanto, a necessidade de incrementar as atividades de assistência à gestante, ao parto puerpério, de prevenção do câncer cêrvico-uterino, imunização, controle do nascimento e desenvolvimento infantil, doenças diarreicas, e infecções respiratórias agudas. Com a implantação destas atividades, acredita-se que reduziremos o índice de morbi-mortalidade infantil a níveis aceitáveis.

A atuação da Secretaria de Estado da Saúde na prevenção de doenças transmissíveis tem-se circunscrito a campanhas imunizatórias, basicamente de difteria, tétano e coqueluche, DTP, BCG, alcançando boa cobertura vacinal, cumprido os parâmetros exigidos pelos órgãos de saúde pública.

O levantamento dos dados do setor de dermato-pneumologia demonstrou um quadro crescente de incidência da tuberculose, hanseníase e leishmaniose.

Entre 1990 e 1991 teve-se respectivamente, uma incidência de 333 e 425 casos de tuberculose. Em 1992, até 31 de agosto, foram identificados 201 casos, dados a melhoria e ampliação da rede de saúde estadual.

Em 1992, foram registrados 2.815 casos ativos de hanseníase. Destes, 575 foram casos novos.

Em 1994 foram notificados 934 casos de leishmaniose, sendo 33 casos de calazar e 901 de tegumentar americana. Em comparação ao ano de 1993 houve um acréscimo de 37,63%, sendo que a capital do Estado apresentou 63% dos casos de calazar. Palmas, Porto Nacional, Dianópolis, Monte do Carmo e Brejinho são os municípios de maior incidência.

Em doze municípios do Estado, houve incidência de dengue em aproximadamente 300.000 pessoas em 1994. Quanto à Doença de Chagas, verificou-se 4.767 casos positivos.

Diante dessas situações cabe ao Estado, em parceria com outros órgãos da área de saúde, incluindo, habitação e saneamento, promover programas de combate as doenças regionais com vistas a diminuição dessas endemias.

A atividade de zoonose está, voltada para a raiva, com acompanhamento dos casos, campanhas de vacinação e fornecimento do soro anti-rábico às unidades de saúde. As outras zoonoses, como leishmaniose, leptospirose, brucelose, dentre outras, não possuem qualquer programa de controle. Para agravar esta situação, o Estado não possui uma "rede de frios" inviabilizando a manutenção de estoques reguladores de vacinas e soros nas unidades de saúde. Apenas o Hospital Regional de Araguaína possui câmara fria que se torna insuficiente para abastecer todo o Estado. Outro fator complicador é a inexistência de laboratórios para o diagnóstico das diversas zoonoses, dificultando sua detecção e tratamento.

Segundo a O.M.S. a prevalência psico-psiquiátrica na América Latina é de 30% da população; no Brasil, esta prevalência está em torno de 21,2% segundo Santana-1982. No Estado do Tocantins não se tem conhecimento de dados na área de distúrbios mentais e/ou neurológicos e psiquiátricos. O sistema de saúde estadual não está preparado para atender à provável incidência dos problemas psico-psiquiátricos. Falta uma definição de leitos psiquiátricos, que deverão ser progressivamente posicionados à medida em que esta atividade de saúde for sendo implantada no Estado.

Como a realidade do Estado mostra um quadro de escassez de recursos, o apoio do governo federal será de fundamental importância para se alcançar os objetivos traçados nos programas do setor saúde. Deste modo, procurar-se-á junto àquele órgão, firmar convênios que atendam as necessidades da pasta de saúde e, principalmente, promover gestões para o repasse de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN

BIBLIOTECA

### 3.3. Saneamento Básico

Saneamento, na sua expressão geral, é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeito deletério sobre seu bem estar físico, mental ou social.

No Estado do Tocantins a questão do saneamento básico, ou seja, abastecimento de água e rede de esgoto sanitário é gravíssima. Há ausência muito grande de equipamentos urbanos e de saneamentos básico. Esta questão se agrava ainda mais, com o aumento da intensidade do fluxo, migratório, que vem ocorrendo no Estado desde sua implantação.

Em consequência, desses fatores, faz-se necessário soluções prementes, em especial, aquelas ligadas ao saneamento básico, de forma a oferecer à população melhores condições de habitabilidade.

Com relação ao abastecimento de água além das cidades de Gurupi, Miracema, Araguaína, Colméia e Palmas que apresentam um grau de abastecimento entorno de 70% dos residenciais, os demais municípios apresentam um grau de abastecimento por volta de 30% de seus domicílios. Quando o ideal é um abastecimento de no mínimo 80% da população servível.

Segundo o censo de 1991 (ver tabela 3), 30% dos domicílios do Estado tem abastecimento d'água com canalização interna, destes, 68% é através da rede geral, 30% de poços ou nascente e 2% de outra forma. Isto nos mostra a deficiência do sistema de abastecimento d'água do Estado, sem contar com os problemas causados pelo não tratamento adequado da mesma.

Estado do Tocantins: Característica do Sistema de Abastecimento de Água por Domicílios - 1991

tabela 3

| CARACTERÍSTICAS  | DOMICÍLIOS |        |         |        |        |        |
|------------------|------------|--------|---------|--------|--------|--------|
|                  | TOTAL      | %      | URBANO  | %      | RURAL  | %      |
| Total            | 191.224    | 100,00 | 111.563 | 100,00 | 79.661 | 100,00 |
| C/ Canalização   | 58.054     | 30,36  | 52.204  | 46,79  | 5.850  | 7,34   |
| Interna          |            |        |         |        |        |        |
| Rede geral       | 39.704     | 20,76  | 39.108  | 35,05  | 596    | 0,75   |
| Poço ou nascente | 17.753     | 9,28   | 12.688  | 11,37  | 5.065  | 6,36   |
| Outra forma      | 597        | 0,31   | 408     | 0,30   | 189    | 0,24   |
| S/ Canalização   | 133.170    | 69,64  | 59.359  | 53,21  | 73.811 | 92,66  |
| Interna          |            |        |         |        |        |        |
| Rede geral       | 24.554     | 12,84  | 23.214  | 20,81  | 1.340  | 1,68   |
| Poço ou nascente | 90.196     | 47,17  | 26.298  | 23,57  | 63.898 | 80,21  |
| Outra forma      | 18.420     | 9,63   | 9.847   | 8,83   | 8.573  | 10,76  |

Fonte: IBGE. Censo 1991.

Os serviços existentes no Estado ainda operam de forma incipiente. Apenas em Palmas, Gurupi e Araguaína está sendo implantado um sistema de boa qualidade.

A situação é extremamente grave nos pequenos povoados rurais, onde a população muitas vezes utiliza água de córregos e outras formas de abastecimento, sem nenhum controle de qualidade. Conforme a tabela 3, 92,66% dos domicílios da zona rural do Estado, não possuem sistema de abastecimento de água com canalização interna.

A SANEATINS atende atualmente 65 localidades do Estado. Isto caracteriza o estado de carência de abastecimento de água no Tocantins. Paralelamente ao sistema de abastecimento d'água da SANEATINS, existe também o sistema da Fundação Nacional de Saúde - FNS, que atende 26 localidades do Estado. Destas localidades atendidas, 85% das ligações pertencem ao sistema da SANEATINS e o restante à Fundação Nacional de Saúde.

Com referência ao esgoto sanitário, a situação é precaríssima no Estado. A população concentrada em sua maioria nas zonas urbanas dos municípios localizados à margem da Belém-Brasília (BR-153), estão quase que desprovidas desta cortesia de saneamento básico. Somente a cidade de Araguaína conta com o serviço de esgoto, atendendo pequeno número de domicílios.

Estado do Tocantins: Instalação Sanitária por Domicílios, 1991

tabela 4

| INSTALAÇÃO<br>SANITÁRIA | DOMICÍLIOS |       |         |       |        |       |
|-------------------------|------------|-------|---------|-------|--------|-------|
|                         | TOTAL      | %     | URBANO  | %     | RURAL  | %     |
| Total                   | 191.224    |       | 111.563 |       | 79.661 |       |
| Rede geral              | -          | -     | -       | -     | -      | -     |
| Fossa séptica           | 1.503      | 0,79  | 1.100   | 0,99  | 403    | 0,51  |
| Fossa rudimentar        | 98.502     | 51,51 | 85.512  | 76,65 | 12.990 | 16,31 |
| Vala                    | 1.330      | 0,70  | 1.019   | 0,91  | 311    | 0,39  |
| Outro                   | 1.088      | 0,57  | 715     | 0,64  | 373    | 0,47  |
| Não identificada        | 79         | 0     | 20      | 0     | 59     | 0     |
| Não tem                 | 88.722     | 46,40 | 23.197  | 20,79 | 65.525 | 82,25 |

Fonte: IBGE. Censo 1991.

Na zona urbana, 20,8% dos domicílios do Estado não dispõem de qualquer tipo de instalação sanitária, enquanto que na zona rural 82,3% não possuem instalação sanitária.

De acordo com último censo, dos 191.224 domicílios do Estado, apenas 53,56% tem algum tipo de instalação, sendo que 96% dessas instalações é fossa, rudimentar, comprovando desta forma, o estado de extrema precariedade do saneamento básico no Tocantins.

No que diz respeito ao serviço de coleta de lixo, verifica-se que o setor enfrenta um problema complexo, principalmente em Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Colinas e outras cidades de médio porte. Os serviços de conservação de limpeza pública não tem demonstrado eficiência na execução dos trabalhos, tanto na

varreção, coleta e transporte de lixo, assim como na destinação final dos resíduos sólidos.

O problema é grave, e torna-se preocupante quando se verifica que a maioria das moradias utilizam terrenos baldios para o destino do lixo. Esse comportamento ocorre de forma intensa, com conseqüente agravamento da situação ambiental das zonas urbanas do Estado.

A poluição do lixo doméstico e industrial é motivo de preocupação. Sua diversidade, em termos de materiais não degradáveis, tem contribuído sobremaneira para agravar o problema.

As ações voltadas para o desenvolvimento de uma política de saneamento básico no Estado devem ser consideradas como uma das prioridades do governo, por estarem condicionadas a saúde da população.

No que se refere a questão sobre o meio ambiente, observa-se a necessidade de adoção de medidas com vistas à proteção do ecossistema, uma vez que a crescente migração desordenada para o Estado em especial para a capital e principais cidades, tem contribuído para agravar a degradação das condições ambientais do Estado.

### 3.4. Habitação

O Estado do Tocantins vive uma situação habitacional grave, caracterizada pelo grande número de moradias carentes de equipamentos urbanos.

Possui um total de 191.224 domicílios permanentemente urbanos, sendo 111.563 na zona urbana e 79.661 na zona rural. Mediante estes dados, o Estado do Tocantins apresenta uma característica diferenciada dos demais estados brasileiros. A relação existente entre o número de habitantes e domicílios é de 4,69 na zona urbana e de 4,85 na zona rural, significando um quantitativo de pessoas por domicílio aceitável.

Porém, as condições físicas dos domicílios são extremamente inadequadas, conforme demonstra a tabela a seguir.

#### CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS NO ESTADO DO TOCANTINS

| CARACTERÍSTICA               | DOMICÍLIOS | %     |
|------------------------------|------------|-------|
| <b>ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b> |            |       |
| Com Canilização Interna      | 58.054     | 30,36 |
| Sem Canalização Interna      | 133.170    | 69,64 |
| <b>INSTALAÇÃO SANITÁRIA</b>  |            |       |
| Só do domicílio              | 94.165     | 49,24 |
| Fossa rudimentar             | 90.505     | 96,11 |
| Comum a mais de um           | 8.337      | 4,36  |
| não tem                      |            | 46,40 |
| <b>NÚMEROS DE BANHEIROS</b>  |            |       |
| Um ou mais                   | 56.474     | 29,53 |
| Não tem                      | 134.750    | 70,47 |
| <b>COLETA DE LIXO</b>        |            |       |
| Coletado                     | 42.455     | 22,20 |
| Queimado                     | 58.193     | 30,43 |
| Enterrado                    | 7.128      | 3,73  |
| Outros                       | 83.448     | 43,64 |

\* Total de Domicílios 191.224

Fonte: Censo 1991 - IBGE

A maioria dos domicílios possuem no máximo até quatro cômodos e apenas 29,53 tem banheiro.

O tipo de construção característica da zona rural e da periferia das cidades, são de adobe, cobertas por folha de babaçu, árvore típica do Estado, ou então, de lona preta.

As consequências desta baixa condição de habitabilidade está diretamente relacionada com a questão de saúde, pois a inexistência de água canalizada e sem

qualquer tratamento, além de instalações sanitárias inadequadas, geram riscos de saúde diretamente à população, provocando a contaminação até mesmo dos mananciais e leitos d'água que abastecem as cidades.

A questão habitacional se aprofunda, ainda mais, com o aumento de intensidade do fluxo migratório, oriundo de diversas regiões, em especial do Maranhão e do Pará, (para este Estado,) surgindo reivindicações de grupos organizados, provocando invasões de áreas impróprias.

No passado, as ações do Governo na região, ex-norte goiano, de modo geral, não tiveram políticas claras e explicitamente elaboradas. As raras ações não compunham uma proposta estrutural, o que gerou uma desintegração e uma desarticulação entre as propostas destinadas ao setor.

Esses fatores contribuíram para o aumento de áreas marginalizadas nas cidades, sem infra-estrutura e equipamentos urbanos, habitadas pela população de baixo poder aquisitivo, colocada à margem do processo de modernização do consumo e da produção. Agravando essa situação, existem o processo de especulação imobiliária que ocorre e continua manifestando-se de forma intensiva nas principais cidades do Estado, e presentemente em Palmas. Isso tem acarretado, com o surgimento de diversas construções, fortes distorções na configuração da maioria dos espaços urbanos de algumas cidades.

Em consequência desses problemas, faz-se necessárias, soluções emergenciais, sobretudo aquelas ligadas aos setores de habitação e saneamento básico, de forma a ofertar às camadas populacionais mais carentes, melhores condições de planejada, receia-se que o acelerado fluxo migratório, observado ultimamente, venha ocasionar ações predatórias sobre o meio ambiente, sob pretexto de demanda de espaço para construção de moradia.

### 3.5. Educação, Cultura e Desportos

#### a) ASPECTOS GERAIS

Os dados mais recentes em relação à população escolar, em 1991, são de 283.069, do ensino fundamental da rede pública (estadual e municipal). Quanto a projeção para 1992, são da ordem de 334.672, baseados no crescimento da população escolarizável em relação a 1991, que foi de 18,23%.

Desde 1989, existe no Tocantins, ao lado do sistema, a chamada educação pré-escolar ou classes de alfabetização, ambos fora do 1º grau, e que visam essencialmente preparar os alunos para o ingresso na 1ª série. Este atendimento está centrado basicamente nas escolas particulares. Em 1991 foram matriculados em todo o Estado, tanto na rede estadual e municipal quanto na rede particular, a média de 9.847 alunos, no pré-escolar.

O Estado do Tocantins tem um percentual mínimo de sua população na faixa etária de 04 a 06 anos atendida pelo sistema educacional. Do ensino pré-escolar oferecido no Estado, 80% é de responsabilidade dos municípios e o PDEM (Plano Decenal de Educação Municipal) propõe desenvolvê-lo para a sua crescente demanda.

Apesar da preocupação em aumentar a oferta, verificada principalmente nas zonas urbanas, o atendimento ao pré-escolar é ainda bastante insuficiente. A perspectiva que se tem para o pré-escolar é de um ambiente alfabetizador, com relevante papel pedagógico pela criação de condições favoráveis para o aluno se adaptar, de propiciar uma articulação com o 1º grau, sabendo-se, no entanto não ser possível universalizar a sua oferta, a curto prazo.

As taxas de evasão e repetência escolar do ensino fundamental giram em torno de 34,72%. As causas empiricamente conhecidas são de má qualificação dos professores, baixo poder aquisitivo das famílias, falta da merenda escolar e o ensino pouco atrativo, dado a programa e currículos inadequados à realidade de localização das escolas.

O ensino de 2º grau no Tocantins é basicamente profissionalizante, com um maior percentual nos cursos de Magistério e Contabilidade (81 de Magistério, 40 de Contabilidade e 41 outros); os quais, pelo não controle da qualidade do ensino oferecido aos alunos, simplesmente os habilita, sem a qualificação necessária para o efetivo exercício da profissão.

A população que tem acesso ao ensino de 2º grau é ainda bastante limitada; o corpo docente é composto por número significativo de professores que não tem a qualificação e habilitação devidas. O rendimento é seguramente deficitário mas pouco controlado, por ainda não dispor de uma sistemática definida de avaliação.

Quanto ao ensino supletivo, os exames de suplência estão ocorrendo no Estado, desde 1989, em duas etapas anuais, alcançando aproximadamente 3.000 alunos, jovens e adultos egressos dos cursos regulares, sendo maiores de 18 anos para 1º grau e 21 para o 2º grau. O percentual de aprovação varia de 10 a 30% conforme a disciplina.

Em 1991, foram criadas as condições para implantação de atendimento especializado aos alunos portadores de necessidades especiais da rede regular de ensino. Para tanto as seguintes ações foram realizadas:

- Criação e capacitação de equipes multiprofissionais nas Delegacias Regionais com vistas a realizar o diagnóstico da rede regular de ensino, de forma a indicar as dificuldades de aprendizagem e orientar os professores da sala comum e da de recursos quanto ao atendimento adequado desses alunos, de acordo com suas necessidades e limitações individuais;

- Capacitação de 50 professores da 1ª fase do 1º grau para atuar nas salas de recursos e apoio pedagógico, onde serão atendidos alunos da rede regular, com necessidades especiais;

- Construção e equipamento de 18 salas de recursos em escolas estaduais de cidades-polo.

No que se refere ao livro didático o processo de seleção, indicação e entrega tem, deixado a desejar, tanto no que se refere à qualidade quanto à sua distribuição, haja visto que não vem correspondendo às necessidades de apoio pedagógico ao trabalho de sala-de-aula desenvolvido por professores e alunos.

A falta de locais adequados para a prática desportiva, a deficiência do material didático, e a formação dos professores que ministram Educação Física são os fatores causadores da preocupação com o setor no Estado.

#### b) CORPO DOCENTE

Um número bastante significativo de professores de 1º e 2º graus não possuem habilitação mínima; na rede estadual 28,30%, na rede municipal 82,10% do total dos professores. Todos os planos municipais confirmam e se alarmam com esta situação.

O corpo docente da rede municipal é muito pouco habilitado, muito pouco apoiado pedagogicamente, mal remunerado, socialmente pouco considerado e escolhido muito freqüentemente por critérios mais políticos do que profissionais - prática quase unicamente evocada e expressamente condenada nos PDM's.

A situação na rede estadual é melhor, mas ainda pouco satisfatória, como se pode depreender do quadro seguinte:

**Professores do ensino público sem habilitação**

| ESFERA    | QUALIFICAÇÃO         | Nº DE PROFESSORES |
|-----------|----------------------|-------------------|
| ESTADUAL  | 1º GRAU INCOMPLETO   | 844               |
|           | 1º GRAU COMPLETO     | 1.728             |
|           | 2º GRAU INCOMPLETO   | 232               |
|           | 2º GRAU FORA DA ÁREA | 605               |
|           | 3º GRAU FORA DA ÁREA | 154               |
|           |                      | <b>SUB-TOTAL</b>  |
| MUNICIPAL | 1º GRAU INCOMPLETO   | 2.070             |
|           | 1º GRAU COMPLETO     | 799               |
|           | 2º GRAU INCOMPLETO   | 190               |
|           | <b>SUB-TOTAL</b>     | <b>3.059</b>      |
|           | <b>TOTAL GERAL</b>   | <b>6.622</b>      |

Fonte: Departamento pessoal/ SEECD/TO - 1993

De um total de 16.318 professores (1993) 12.592 atuam na rede estadual (77,17%), enquanto na rede municipal estão 3.726 docentes, (23,83%). Do número da rede estadual, 3.563, ou seja, 28,30% são professores leigos cujo perfil se encaixa na clientela do plano pedagógico. E na rede municipal o número é alarmante: 3.095 professores municipais (82,10%) são leigos: eles compõem em grande maioria o grupo I da clientela leiga a ser qualificada.

Dos professores de Educação Física atuando nas 456 escolas estaduais do Estado do Tocantins, somente 3% possuem habilitação específica. Deste contingente de professores, somente 7% atuam nas áreas de Pré-escolar e primeira fase do 1º grau, onde existe, só na rede estadual, um déficit de atendimento de 32% dos alunos.

### Quadro dos professores do 1º e 2º graus da rede estadual e municipal

| ESTADUAL       | MUNICIPAL | TOTAL  | ESTADUAL% | MUNICIPAL% |
|----------------|-----------|--------|-----------|------------|
| 12.592         | 3.726     | 16.318 | 77,17     | 22,83      |
| <b>LEIGOS:</b> |           |        |           |            |
| ESTADUAL       | MUNICIPAL | TOTAL  | ESTADUAL  | MUNICIPAL  |
| 3.563          |           |        |           |            |

Fonte: Departamento pessoal/ SEECD/TO - 1993

#### c) REDE FÍSICA

A situação da rede física escolar do Estado do Tocantins é um dos fatores que interferem e limitam quantitativa e qualitativamente as oportunidades de acesso ao ensino, qualitativamente pela inadequação de algumas escolas e quantitativamente pela insuficiência de salas de aulas.

Alguns dos fatores que contribuíram de forma decisiva para esta situação caótica são:

- O descaso com a manutenção que sofreram as edificações escolares, por parte do Estado de Goiás, nos anos que antecederam a criação do Estado do Tocantins;

- A inexistência de novos espaços para abrigar a demanda crescente por vagas obrigou a utilização de áreas, tais como salas de professores e da diretoria, corredores e outras dependências como salas de aulas;

- A inexistência de escolas funcionando em construções improvisadas, principalmente nas regiões Norte e Sudeste do Estado, geralmente edificadas pela própria comunidade e sem as menores condições de iluminação, ventilação e higiene;

- A falta de quadras de esporte, em 80% das escolas estaduais e quase 100% das escolas municipais, ocasionando a prática de educação física (obrigatória) em locais não apropriados;

- A ausência de bibliotecas escolares em 90% das escolas estaduais e em 95% das escolas municipais e o fato de nenhuma biblioteca está na zona rural;

- O aumento atípico da demanda por novas salas de aula, gerado principalmente pelos "novos tocantinenses" motivados pela criação da "nova fronteira";

- A inexistência de energia elétrica em várias escolas impossibilitando a utilização plena de sua capacidade física, bem como dificultando as exigências mínimas de higiene;

- A escassez de recursos do Estado para investimentos na ampliação, reforma e construção de mais salas de aulas;

As deficiências da rede física, sobretudo quando se trata de escolas rurais apresentam-se exíguas, mal construídas, não ventiladas. Quase sempre sem os mínimos equipamentos. Não é culpa dos materiais de construção, como freqüentemente se pretende, mas das construções mal dimensionadas, mal acabadas, rotineiramente miseráveis na sua concepção.

### 3.6. Justiça

### 3.7. Segurança Pública

### 3.8. Trabalho

Esta área no Tocantins conta com o apoio do SINE-TO que serve de intermediário entre a empresa contratadora e o trabalhador sem emprego.

Pelos dados do SINE-TO o número de trabalhadores inscritos no ano de 1994 foi de 2.482 enquanto no ano de 95 nos quatros primeiros meses este índice teve um pequeno acréscimo para 0,40.

No ano de 1994, foram captadas 779 vagas o que dava uma relação no ano passado de 1,26 candidatos encaminhados pelo SINE-TO por vaga captada. Nos primeiros quatro meses do ano foram captados 342 vagas dando uma relação de 2,49 candidatos por vaga captada.

No ano de 1994 foram colocados 366 trabalhadores nas vagas gerando 413 vagas ociosas, ou 53% das vagas captadas não foram preenchidas. A relação candidatos encaminhados com efetivamente ocupados mostra que de cada 2,67 candidatos encaminhados apenas 1 foi colocado. Nos quatro primeiros meses do ano foram colocados 250 trabalhadores para as 342 vagas oferecidas gerando 92 vagas ociosas ou seja, 26,9% de vagas ociosas o que da uma grande queda nos índices. De cada 3 candidatos encaminhados apenas 1 foi colocado.

Esses índices mostram a pequena qualificação da mão-de-obra local que é uma das principais preocupações do governo do Estado, que deseja melhorar a qualificação da mão-de-obra Tocantinense.

1994

|              | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL |
|--------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| Inscritos    | 270 | 442 | 442 | 150 | 159 | 323 | 142 | 125 | 88  | 118 | 112 | 111 | 2.842 |
| Encaminhados | 90  | 103 | 102 | 55  | 55  | 85  | 61  | 98  | 56  | 96  | 95  | 83  | 979   |
| Colocados    | 39  | 29  | 30  | 32  | 15  | 31  | 15  | 11  | 26  | 50  | 52  | 36  | 366   |
| Vagas        |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |       |
| Captadas     | 74  | 78  | 79  | 28  | 28  | 44  | 101 | 62  | 45  | 82  | 80  | 78  | 778   |

Fonte: SINE-TO

1995

|              | JAN | FEV | MAR | ABR | TOTAL |
|--------------|-----|-----|-----|-----|-------|
| Inscritos    | 700 | 342 | 468 | 367 | 1.877 |
| Vagas        | 106 | 79  | 90  | 67  | 342   |
| Encaminhados | 252 | 118 | 230 | 150 | 750   |
| Colocados    | 142 | 30  | 49  | 29  | 250   |

Fonte: SINE-TO

## 4. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

### 4.1. Histórico

Parte de Goiás até 1988, quando foi elevado à condição de Estado, o Tocantins teve uma história e detém uma cultura que pouco tem a ver com a história e a cultura goiana. Enquanto o sul de Goiás foi colonizado pelos bandeirantes paulistas e ocupado especialmente por mineiros, pouco se miscigenando com os indígenas nativos e com a ascendência negra, o norte de Goiás - hoje Tocantins - teve sua formação e evolução próprias.

A rota dos bandeirantes chegou apenas às fronteiras sul do Estado. A colonização da região se deu sobretudo pela penetração de piauienses, maranhenses e paraenses, os quais, ao contrário dos colonizadores do sul, se miscigenaram fortemente com os índios nativos e com os negros, dando origem a uma nova etnia, com modo de ser, tipo físico e hábitos culturais específicos.

A distância entre o sul e norte, que nenhum sistema de transporte tratou de diminuir até a construção da Belém-Brasília, mesmo assim via de passagem, acentuaram este isolamento. Conseqüentemente as ligações da parte norte do antigo Estado com o Norte-Nordeste se acentuaram, enquanto as ligações do sul se fortaleceram com o leste e o sul do País.

Forjado nessas especificações culturais ainda no século XIX se iniciaram os movimentos separatistas do antigo norte goiano, dos quais teve maior repercussão o liderado Joaquim Teotônio Segurando, em 1821.

Já neste século, e mais recente, em 1972, o Deputado Siqueira Campos apresentou, na qualidade de Presidente da Comissão da Amazônia, Projeto de Redivisão da Amazônia Legal, do qual constava a criação do Estado do Tocantins.

E, assim, vários outros projetos foram apresentados posteriormente e vetados, ficando a definição à competência da Assembléia Nacional Constituinte.

Finalmente, após um trabalho de convencimento junto aos líderes de todos os partidos políticos, de uma Emenda Popular, assinada por mais de setenta mil eleitores, foi criado o Estado Tocantins, em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição.

Realizaram-se eleições para Governador, Vice-Governador, 3 senadores, 8 deputados federais e 24 deputados estaduais, com mandato de dois anos apenas. Para Governador foi eleito, então, Siqueira Campos, que assumiu o Governo em 1º de janeiro de 1989, na Capital Provisória em Miracema do Tocantins.

As principais cidades existentes no novo Estado, não possuíam infraestrutura adequada para abrigar uma Capital e a localização próxima a rodovia Belém-Brasília, privilegiando estas regiões possuidoras de um pequeno nível de desenvolvimento, iriam promover ainda mais, as desigualdades já existentes, ou seja, a margem direita do rio Tocantins continuaria esquecida e subdesenvolvida.

Daí, surgiu Palmas, a mais nova Capital do Brasil, localizada no centro do Estado e à margem direita do Rio Tocantins. Implantada em 1º de janeiro de 1990, conta hoje com uma população de 919.863 habitantes e impressiona pela rapidez de seu processo de crescimento.

Siqueira Campos governou até 15 de março de 1991, assumindo Moisés Nogueira Avelino, que governou até 31 de dezembro de 1994.

Após a realização das eleições para governador, senadores, deputados federais e estaduais, Siqueira Campos foi consagrado novamente pelas urnas tocantinenses, assumindo como Governador, em primeiro de janeiro de 1995.

## 4.2 - Estrutura Organizacional

A organização administrativa do Poder Executivo tem a seguinte estrutura básica:

I - Governadoria é constituída pela Casa Civil e pela Casa Militar, dela fazendo parte, como unidades de assessoramento direto ao Governador do Estado:

- I.1 - Diretoria Geral da Governadoria;
- I.2 - Sistema Estadual de Planejamento e Coordenação Geral
- I.3 - Representação do Estado em Brasília;
- I.4 - Auditoria Geral do Estado;
- I.5 - Procuradoria Geral do Estado;
- I.6 - Comando Geral da Polícia Militar;

II - Secretaria da Administração;

III - Secretaria da Agricultura;

IV - Secretaria da Educação e Cultura;

V - Secretaria da Fazenda;

VI - Secretaria de Governo;

VII - Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo;

VIII - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

IX - Secretaria de Obras;

X - Secretaria da Saúde;

XI - Secretaria da Segurança Pública.

Compete às unidades da administração direta, da estrutura básica:

I. Governadoria:

I.1 - Casa Civil:

a) assistir, direta e imediatamente, o Governador do Estado e, em especial, nos assuntos referentes à administração civil:

b) promover a divulgação de atos e atividades governamentais;

c) acompanhar a tramitação de projetos de lei na Assembléia Legislativa do Estado e coordenar a colaboração das demais secretaria e órgãos, em relação aos projetos de lei submetidos à sanção governamental;

d) administração do palácio do governo;

e) transporte aéreo.

I.2 - Casa Militar:

a) assistir, direta e imediatamente, o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições e, em especial, nos assuntos referentes à defesa civil, à segurança pública e à administração militar;

b) zelar pela segurança do Governador do Estado, dos palácios e residencia oficial.

I.3 - Diretoria Geral da Governadoria:

a) representação social do Governador;

b) recebimento de queixas dos cidadãos e encaminhamento de soluções;

c) organização da agenda do Governador.

d) comunicação social e marketing institucional;

e) atendimento pessoal ao Governador.

I.4 - Sistema Estadual de Planejamento e Coordenação Geral:

a) plano de governo, sua coordenação e integração dos planos setoriais;

b) estudos e pesquisas socio-econômicas, inclusive setoriais e de microregiões;

c) programação orçamentária, proposta anual;

d) sistema estatístico estadual.

I.5 - Escritório de Representação em Brasília:

- a) articulação interinstitucional e com órgão e entidades federais e de outros estados;
- b) representação do Governo em eventos especiais
- c) articulação com o setor privado, com vistas à captação de investimentos;
- d) articulação com embaixadas estrangeiras e organizações não governamentais;
- e) divulgação da ação governamental do Tocantins em áreas de interesse e relevância.

I.6 - Auditoria Geral do Estado:

- a) orientação e acompanhamento da gestão patrimonial e financeira da administração pública do Estado;
- b) produção de informações tratadas sobre gestão patrimonial e financeira para habilitar decisões da administração estadual;
- c) articulação com o Tribunal de Contas do Estado com vistas à harmonização do controle interno com o controle externo por aquele exercido.

I.7 - Procuradoria Geral do Estado:

- a) consultoria e assessoramento jurídico à administração estadual;
- b) representação de Estado, jurídico e extrajudicialmente;
- c) articulação institucional com o Poder Judiciário e o Ministério Público;
- d) defensoria pública;
- e) defesa do consumidor;
- f) sistema penitenciário;
- g) correição da justiça.

I.8 - Comando Geral da Polícia Militar:

I . gestão da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

II . Secretaria da Administração:

a) orientação normativa e controle técnico dos sistemas administrativos de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais;

b) gestão dos subsistemas de registro e controle do pessoal, recrutamento, seleção e desenvolvimento;

c) correção administrativa, regime disciplinar, direitos e deveres do pessoal do Estado;

d) administração de benefícios;

e) suprimentos de bens e serviços;

f) recebimento, guarda, distribuição e controle de material permanente e de consumo.

### III. Secretaria da Agricultura:

a) agricultura, pecuária, caça e pesca;

b) organização agrária;

c) meteorologia e climatologia;

d) pesquisa e experimentação;

e) vigilância e defesa sanitária animal e vegetal;

f) padronização e inspeção de produtos vegetais e animais e os insumos nas atividades agropecuárias;

g) promoção e extensão rural, cooperativismo e associativismo;

h) armazenagem e abastecimento.

IV. Secretaria da Educação e Cultura:

- a) educação, ensino e magistério;
- b) cultura, letras e artes;
- c) patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico;
- d) desportos;
- e) assistência e apoio ao educando.

V. Secretaria da Fazenda:

- a) sistema fiscal, tributário, financeiro e contábil;
- b) arrecadação.

VI. Secretaria de Governo:

- 2a) articulação política com os municípios e o Poder Legislativo;
- b) relações com as comunidades;
- c) articulação das lideranças políticas com vistas aos interesses do

Estado.

VII. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo:

- a) desenvolvimento industrial e comercial;
- b) registro do comércio e atividades produtivas;
- c) turismo;
- d) captação e difusão tecnológica;
- e) estímulo à promoção do produto industrial.

VIII. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

- a) gerenciamento de recursos hídricos;
- b) proteção e preservação ambientais;
- c) recursos naturais renováveis;
- d) recursos minerais;
- e) controle do impacto ambiental das atividades econômicas;
- f) saneamento básico.

IX. Secretaria de Obras:

- a) sistemas viários;
- b) obras públicas, em geral;
- c) infra-estrutura;
- d) energia.

X. Secretaria da Saúde;

- a) ação preventiva e vigilância sanitária;
- b) controle de drogas, medicamentos e alimentos;
- c) assistência médica, odontológica ambulatorial e hospitalar;
- d) alimentação e nutrição.

XI. Secretaria da Segurança Pública:

- a) direitos e garantias individuais;
- b) segurança pública;
- c) correição da polícia.

### **4.3. Programas de Incentivo**

#### **4.3.1 - Incentivos Federais**

##### **a) BANCO DA AMAZÔNIA**

#### **FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTOS DO NORTE - FNO**

Objetiva apoiar financeiramente os setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Norte, abrangendo também o Maranhão. Constitui, atualmente, na fonte de financiamento de mais fácil acesso e possui encargos financeiros diferenciados dos vigentes no mercado.

A administração do Fundo é de responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia SA (BASA) que, como gestor do Fundo, tem atribuições de definir procedimentos operacionais, aprovar os financiamentos de projetos e prestar contas da sua execução orçamentária.

O Fundo Constitucional do Norte se divide em dois programas: Agro-industrial e turístico; e o agropecuário e industrial.

##### **1. Agro-industrial e Turístico**

Se divide em 5 programas e se destinam a área de financiamento da indústria e turismo que são:

##### **a) Programa de Desenvolvimento Industrial - PRODESIN**

Visa financiar projetos industriais na região Amazônica. Integralização de cotas parte do capital social cooperativas e empresas de pequeno porte com a finalidade de dar suporte a produção e comercialização de produtos industriais. Além disso financiar em ativo fixo.

##### **b) Programa de Desenvolvimento Agro-industrial - PROAGRIN**

Este programa efetiva financiamento da agro-industrial na área de atenção do banco. Programa atende a atividades ligadas ao PRODESIN que atuam na área agro-industrial.

##### **c) Programa de Apoio a Capacitação Tecnológica - PROCATEC**

Objetiva lotar as empresas da região de melhoria tecnológica. Financiando pesquisa, difusão, experimentação e adaptação de tecnologias avançadas na região e para suas condições.

d) Programa de Apoio ao Turismo Ecológico o PROGETUR

Visa financiar projetos da área de turismo que não sejam ligados à ecologia. Financiando a implantação, ampliação, modernização e diversificação da infraestrutura e dos equipamentos turísticos em áreas pioneiras.

e) Programa de apoio ao Turismo Ecológico - PRODETUR

Visa dar apoio a programas de turismo ecológico na região Am azônica. Financiando a implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos de turismo ecológico.

2. Agropecuários e Ambientais

Se divide em três programas e tem como objetivo o financiamento para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e meio ambiente.

a) Programa de Desenvolvimento da Agricultura - PRODAGRI

Financia o cultivo de plantas medicinais, cultivo de grãos, fruticultura tropical, culturas industriais, culturas hortícolas, culturas de tubérculos e raízes, produção de sementes e mudas selecionadas ou certificadas na região.

b) Programa de Desenvolvimento da pecuária - PRODEPEC

Visa o financiamento de projetos de criação de animais na região amazônica.

c) Programa de Apoio a Preservação do Meio Ambiente - PROSUMA

Tem por objetivo dotar de financiamento projetos que visem a preservação do meio ambiente na região.

- FUNDO DE INVESTIMENTO DA AMAZÔNIA - FINAM

Destinado exclusivamente às Sociedades Anônimas na implantação, modernização e/ou, reformulação de empreendimentos econômicos na Amazônia Legal, com a finalidade de formação de recursos resultantes da dedução do Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas, para aplicação em projetos de interesse regional e setorial.

Setores enquadrados: Agricultura, principalmente heveicultura, exploração florestal, criação de animal e pesca; extração de minerais; indústria de transformação; serviços básicos; prestação de serviços motomecanizados; instalação e exploração, na região de terminais apropriados de cargas e descargas para apoio a integração de transportes rodo-fluviais; outras atividades que a critério e mediante parecer fundamentado da Secretaria Executiva, venham a ser considerados pelo Conselho Deliberativo da SUDAM como interesse para o desenvolvimento da Amazônia.

#### b) BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Programa Amazônia Integrada - PAI

##### OBJETIVOS:

Visa apoiar empreendimentos que gere emprego e renda com vantagens cooperativas, que faça a melhor integração nacional e mundial da região e que sejam coerentes com a política ambiental Amazônia. Além disso, os empreendimentos devem gerar crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida da região, reorganização de espaço regional, conservação do meio ambiente, aproveitamento econômico nacional da biodiversidade, implantação na Amazônia de novas atividades de grande potencial econômico, reformulação da estrutura produtiva atual e melhor conhecimento científico-ecológico.

#### 4.3.2 - Incentivos Estaduais

##### a) Programa PROSPERAR

O Governo do Tocantins, visando estimular a iniciativa privada a investir no Estado, aumentar a produtividade, o emprego e a renda, criou, através do Decreto 6325/92, de 23 setembro de 1992 o programa de incentivo ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins /PROSPERAR, que foi substituído por um novo programa denominado programa de apoio ao Desenvolvimento Econômico do Tocantins - PROSPERAR cujos incentivos serão concedidos através de empréstimos e/ou financiamentos industriais que implantarem ou expandirem suas atividades.

1) Empréstimos: Os incentivos do Programa PROSPERAR funcionam como estímulo financeiro, proporcionando ao industrial beneficiário empréstimo de 70% do ICMS devido quando da implantação e 50% para expansão do empreendimento, a juros de 6% ao ano, sem correção monetária do Principal.

2) Financiamento: Financiamento Direto, de parte dos investimentos fixos previstos em projeto, conforme normas e diretrizes estabelecidas.

3) Diferencial de Alíquota do ICMS: Inelegibilidade do pagamento diferencial de alíquota do ICMS nas entradas de bens destinados ao ativo fixo de empreendimentos com projetos beneficiados pelo programa.

#### 4) Fontes dos Recursos do Programa PROSPERAR

São as fontes oriundas para se aplicar no programa:

a) Os recursos destinados ao antigo fundo PROGREDIR os quais serão transferidos ao atual programa PROSPERAR

b) Dotações Orçamentarias com destinação específicas para apoio a implantação de distritos, áreas, setores industriais e custeio do programa.

c) Os rendimentos provenientes da execução do programa.

d) Recursos de todos os tipos de instituições.

e) Valores recolhidos ao fundo na apresentação de projetos

f) Outras fontes disponíveis

OBS: O programa PROSPERAR ainda está em fase de regulamentação, as normas do plano serão apresentadas quando de sua regulamentação.

#### b) ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - ZPE

A Zona de Processamento de Exportação é um mecanismo que visa o desenvolvimento econômico de determinada região do estabelecimento de empresas voltadas para a exportação, com tratamento fiscal e cambial diferenciado, quais sejam: isenção de imposto em suas importações e exportações (**I.I., IPS, FINSOCIAL, AFRMN, I.O.F.**); isenção de imposto de renda incidente sobre remessas e pagamentos a residentes e domiciliados no exterior, dispensa da obtenção de licenças ou autorizações de órgãos federais nas importações, exceto em casos especiais em moedas estrangeiras do e para o exterior independentemente de vistos e autorização administrativas, bem como de fechamento de contrato de câmbio; e franquia cambial para as operações de comércio exterior.

A ZPE do Tocantins do Tocantins foi criada pelo decreto federal nº 98.123 de 6 de setembro de 1989, localizada no município de Araguaína. Para sua localização, foi considerada proximidade em relação a rodovia Belém-Brasília, distando apenas 13,8 Km, e proximidade da ferrovia norte sul que se ligará por um ramal.

A ZPE TO ocupa uma superfície de 300 ha, que junto com a área do entorno e a área de expansão atinge um total 1000 ha, com um perímetro de 7,12 Km e se encontra a 13,8 Km do aeroporto de Araguaína, em seu projeto foram levadas em consideração diversas condicionantes da infra-estrutura urbana que possa permitir seu completo funcionamento.

Para sua administração, o governo do Estado do Tocantins criou a companhia administradora da ZPE TO, uma sociedade de economia mista onde o governo possui uma participação de 20% e restante de capital privado.

A implantação da ZPE TO visa atingir investimento, melhorar o nível desemprego e renda e a transferência de tecnologia, promovendo o desenvolvimento e a integração regional, via liberação do comércio exterior.

Particularmente, no caso da **ZPE/TO**, esta vem se agregar à filosofia privatista do Governo Estadual, aliando as grandes potencialidades naturais na pecuária, agricultura e extrativismo vegetal e mineral do Estado do Tocantins, ou seja, na abundância de matérias-primas para industrialização.

A **ZPE/TO** localiza-se próxima ao traçado da Ferrovia Norte-Sul, características das mais modernas, em termos de transportes de carga, a qual está ligada ao Porto de Itaqui, no Maranhão, porto este que possui características excepcionais para exportação, cria de imediato benefícios no custo do insumo transporte, para os produtos produzidos na **ZPE/TO**, através do baixo preço do transporte ferroviário e pela proximidade do Porto de Itaqui aos portos dos Estados Unidos e da Europa, em relação aos demais portos do Brasil.

#### **4.3.3 - Incentivo Municipal**

Existem implantados Distritos Industriais nos Municípios de **ARAGUAINA, GURUPI, PARAISO DO TOCANTINS E PORTO NACIONAL**, com infra-estrutura mínima, oferecida pelo Governo do Estado, tais como: energia elétrica, água, vias de acesso, arruamento, etc, além da oferta de terrenos a preços simbólicos nestas áreas industriais.

As prefeituras destes Municípios, concedem isenção dos impostos e taxas municipais, por período de 10 anos, a todas as empresas que se instalarem nas áreas dos Distritos Industriais.

#### **4.4 Ciência e Tecnologia**

##### **UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (CET)**

O Centro de Educação Tecnológico (CET) é uma das unidades que compõe a Universidade do Tocantins (UNITINS), criado em dezembro de 1991, e instalado na cidade de Paraíso do Tocantins - TO.

Sua criação foi sem dúvida, uma resposta da Universidade do Tocantins às carências sócio-econômicas e culturais da sociedade tocaninense, relacionadas ao ensino técnico-prático, ao acompanhamento dos avanços científicos e tecnológicos e à concretização do ciclo de geração, transferência e aplicação dos conhecimentos em favor da população e do crescimento do Estado.

O CET tem como base os preceitos da Educação Tecnológica aproximando-se do Mundo do Trabalho e da produção, atendendo às demandas dos setores produtivos e às reais necessidades de atualização no exercício profissional. Tais atendimentos são feitos através de recursos de extensão para a comunidade.

A transmissão do conhecimento acontece de forma objetiva, direcionada para as prioridades, adequando-as aos limites e às dimensões de sua aplicação, buscando permanentemente, capacitar o trabalho no âmbito da ciência e da tecnologia.

A realização do ensino, pesquisa e extensão é feita pelos seguintes núcleos: NUTIB (Núcleo de Tecnologia Industrial Básica), NUTAL (Núcleo de Tecnologia de Alimentos) e o NUPPROM (Núcleo de pesquisa e Produção de Medicamentos) que foram incorporados à sua estrutura.

#### **4.5 - Finanças Públicas**

Para demonstrarmos a evolução das receitas e das despesas realizadas no Estado do Tocantins, exercícios 1991 a 1994, tomamos por base os Balanços Gerais do Estado correspondentes do período em questão, a preços correntes, ficando assim caracterizada:

##### **EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO**

EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO

PERÍODO 1991/1994 (REALIZADO)

| RECEITAS                 | 1991         |        | 1992         |        | 1993       |        | 1994           |        |
|--------------------------|--------------|--------|--------------|--------|------------|--------|----------------|--------|
|                          | CR\$ MILHÕES | %      | CR\$ MILHÕES | %      | CR\$ MIL   | %      | R\$            | %      |
| RECEITAS CORRENTES       | 114.914,9    | 96,89  | 1.203.575,1  | 90,88  | 27.773.638 | 95,57  | 238.402.097,47 | 94,04  |
| RECEITA TRIBUTÁRIA       | 26.340,7     | 22,21  | 284.502,0    | 21,48  | 6.750.427  | 23,23  | 62.137.337,77  | 24,51  |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 7.739,3      | 6,53   | 102.104,7    | 7,71   | 1.922.855  | 6,62   | 3.768.910,51   | 1,49   |
| RECEITA PATRIMONIAL      | 30,2         | 0,03   | 270,4        | 0,02   | 178.579    | 0,61   | 116.177,40     | 0,05   |
| RECEITA DE SERVIÇOS      | 74.948,9     | 63,19  | 809.847,1    | 61,15  | 18.762.792 | 64,56  | 171.390.051,99 | 67,60  |
| TRANSF. CORRENTES        | 5.855,8      | 4,94   | 6.850,9      | 0,52   | 158.985    | 0,55   | 989.619,80     | 0,39   |
| OUTRAS REC. CORRENTES    | 3.688,3      | 3,11   | 120.764,1    | 9,12   | 1.288.461  | 4,43   | 15.114.644,07  | 5,96   |
| RECEITAS DE CAPITAL      | -            | -      | -            | -      | -          | -      | -              | -      |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO     | -            | -      | 58.491,7     | 4,42   | 185.576    | 0,64   | 3.344.812,06   | 1,32   |
| ALIENAÇÃO DE BENS        | 1.675,1      | 1,41   | 5.144,0      | 0,39   | 49.520     | 0,17   | 650.495,68     | 0,26   |
| TRANSF. DE CAPITAL       | -            | -      | 57.128,4     | 4,31   | 1.050.830  | 3,62   | 887.443,25     | 0,35   |
| OUTRAS REC. DE CAPITAL   | 2.013,2      | 1,70   | -            | -      | 2.535      | 0,01   | 10.231.893,08  | 4,03   |
| TOTAL                    | 118.603,2    | 100,00 | 1.324.339,2  | 100,00 | 29.062.099 | 100,00 | 253.516.741,54 | 100,00 |

FONTE: Balanço Orçamentário

(JAN-DEZ)

REC\_EST1.DOC

**ESTADO DO TOCANTINS - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS, POR GRUPO DE DESPESA**

PERÍODO 1991/1994 (REALIZADO)

| GRUPO DE DESPESA                | ANO 1991                  |               | ANO 1992                    |               | ANO 1993                 |               | ANO 1994              |               |
|---------------------------------|---------------------------|---------------|-----------------------------|---------------|--------------------------|---------------|-----------------------|---------------|
|                                 | VALOR CR\$                | %             | VALOR CR\$                  | %             | VALOR CR\$               | %             | VALOR R\$             | %             |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS      | 54.641.365.768,54         | 40,76         | 478.996.110.639,33          | 33,96         | 13.839.396.653,41        | 38,74         | 132.893.036,59        | 39,08         |
| SERVIÇOS DA DÍVIDA              | 850.000.000,00            | 0,63          | 4.197.926.297,31            | 0,30          | 100.704.874,98           | 0,28          | 1.587.738,12          | 0,47          |
| OUTRAS DESPESA CORRENTES        | 23.889.809.958,53         | 17,82         | 251.005.143.414,79          | 17,80         | 6.825.875.445,66         | 19,11         | 75.285.424,76         | 22,14         |
| INVEST. E INVERSÕES FINANCEIRAS | 54.664.464.877,82         | 40,78         | 676.277.139.753,87          | 47,95         | 14.955.575.985,24        | 41,87         | 130.250.673,30        | 38,31         |
| <b>T O T A L</b>                | <b>134.045.640.604,89</b> | <b>100,00</b> | <b>1.410.476.320.105,30</b> | <b>100,00</b> | <b>35.721.552.959,29</b> | <b>100,00</b> | <b>340.016.872,77</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Estado

ADM-DIR1.XLS

**ESTADO DO TOCANTINS DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS, POR FUNÇÕES.**

PERÍODO 1991/1994(REALIZADO)

|                            | 1991 Cr\$                 | %             | 1992 Cr\$                   | %             | 1993 CR\$                | %             | 1994 R\$              | %             |
|----------------------------|---------------------------|---------------|-----------------------------|---------------|--------------------------|---------------|-----------------------|---------------|
| LEGISLATIVA                | 6.475.461.742,61          | 4,83          | 58.882.723.623,29           | 4,17          | 1.883.925.663,44         | 5,27          | 16.576.840,86         | 4,88          |
| JUDICIÁRIA                 | 11.608.847.157,55         | 8,66          | 75.352.706.704,68           | 5,34          | 1.917.534.990,89         | 5,37          | 15.673.720,57         | 4,61          |
| ADMIN. E PLANEJAMENTO      | 22.672.014.570,81         | 16,91         | 190.168.260.127,81          | 13,48         | 4.157.536.519,85         | 11,64         | 42.146.657,79         | 12,40         |
| AGRICULTURA                | 2.167.207.932,24          | 1,62          | 18.938.443.979,77           | 1,34          | 662.638.314,33           | 1,86          | 6.425.577,50          | 1,89          |
| COMUNICAÇÃO                | 1.114.960.907,56          | 0,83          | 11.942.760.286,92           | 0,85          | 382.669.328,62           | 1,07          | 2.382.260,43          | 0,70          |
| DEFESA NAC. E SEG. PÚBLICA | 6.816.119.246,31          | 5,08          | 53.700.643.237,92           | 3,81          | 1.391.820.652,07         | 3,90          | 13.868.385,49         | 4,08          |
| DESENVOLVIMENTO REGIONAL   | 10.716.438.187,97         | 7,99          | 72.447.962.133,99           | 5,14          | 1.915.244.796,62         | 5,36          | 19.525.601,31         | 5,74          |
| EDUCAÇÃO E CULTURA         | 17.361.233.937,47         | 12,95         | 232.013.345.639,97          | 16,45         | 7.378.351.900,38         | 20,66         | 64.935.416,62         | 19,10         |
| ENERGIA E REC.MINERAIS     | 101.600.000,00            | 0,08          | 9.344.818.367,93            | 0,66          | 191.251.816,34           | 0,54          | 4.886.500,41          | 1,44          |
| HABITAÇÃO E URBANISMO      | 13.650.874.754,33         | 10,18         | 96.731.600.887,52           | 6,86          | 1.269.756.922,52         | 3,55          | 6.533.515,94          | 1,92          |
| IND. COMÉRCIO E SERVIÇOS   | 66.300.000,00             | 0,05          | 1.198.298.397,23            | 0,08          | 28.330.814,27            | 0,08          | 161.356,40            | 0,05          |
| SAÚDE E SANEAMENTO         | 13.081.175.876,12         | 9,76          | 181.503.206.235,40          | 12,87         | 5.206.529.326,91         | 14,58         | 63.893.550,40         | 18,79         |
| TRABALHO                   | 12.057.990,00             | 0,01          | 1.203.237.554,24            | 0,09          | 10.014.520,50            | 0,03          | 154.121,49            | 0,05          |
| ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA  | 3.087.307.680,48          | 2,30          | 28.818.556.739,96           | 2,04          | 1.017.953.686,22         | 2,85          | 10.911.956,06         | 3,21          |
| TRANSPORTE                 | 25.114.040.621,44         | 18,74         | 378.229.756.188,67          | 26,82         | 8.307.993.706,33         | 23,26         | 71.941.411,50         | 21,16         |
| <b>TOTAL</b>               | <b>134.045.640.604,89</b> | <b>100,00</b> | <b>1.410.476.320.105,30</b> | <b>100,00</b> | <b>35.721.552.959,29</b> | <b>100,00</b> | <b>340.016.872,77</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Estado

ADM-DIR3.XLS

sheet.2